

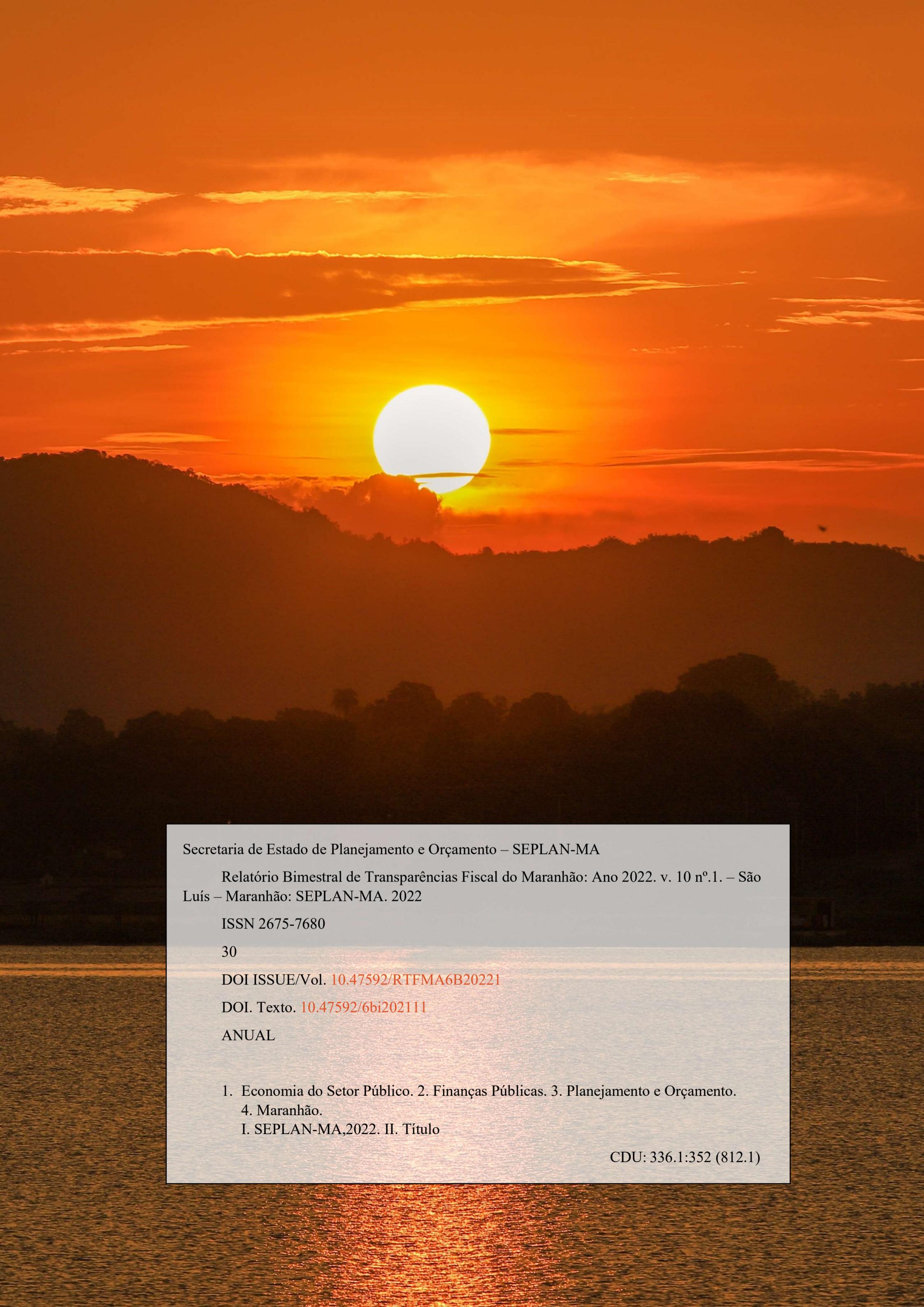


Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento  
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade  
Superintendência de Assuntos Fiscais



# Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

## 6º bimestre de 2021



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2022. v. 10 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2022

ISSN 2675-7680

30

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA6B20221](https://doi.org/10.47592/RTFMA6B20221)

DOI. Texto. [10.47592/6bi202111](https://doi.org/10.47592/6bi202111)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA,2022. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**Carlos Brandão**

Governador do Estado do Maranhão

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN**

**Luis Fernando Moura da Silva**

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento

**Dionatan Silva Carvalho**

Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

**SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC**

**Eduardo Cássio Beckman Gomes**

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

**SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFi**

**João Carlos Souza Marques**

Superintendente de Assuntos Fiscais

**COORDENAÇÃO:**

João Carlos Souza Marques

**ANALISTAS ECONÔMICOS:**

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

Rodrigo Leite Cruz

**APOIO TÉCNICO:**

Jacksson dos Santos Pereira

**REVISÃO:**

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

**EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:**

João Carlos Souza Marques

**CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS**

**Fotografia Capa**

José Costa Miranda Júnior (@fozzie\_slz)

**APOIO INSTITUCIONAL**

Conselho Regional de Economia da 15<sup>a</sup> Região – CORECON-MA



## O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise dos Cenários Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Estado do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público em âmbito nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando, assim, os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Instrução Normativa (IN nº 26) referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas (TCE).

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR.....</b>	<b>6</b>
<b>2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....</b>	<b>7</b>
2.1. Cenário Internacional .....	7
2.2. Cenário Nacional.....	10
2.3. Cenário Estadual .....	12
<b>3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....</b>	<b>14</b>
3.1. Resultado Primário do Governo Central .....	14
3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado .....	16
3.3. Finanças Públicas Maranhenses .....	17
a. Receitas .....	17
i. Receitas de Transferências .....	17
iii. Receitas Tributárias.....	18
iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021 .....	19
b. Despesas.....	20
<b>TÓPICOS EXTRAS.....</b>	<b>25</b>
Gestão de recursos e planejamento estratégico como política pública.....	25
Correlações do PIB Estadual de 2015 a 2021 .....	26
Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios .....	27



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

### Retomada à passos Lentos

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 6º bimestre de 2021 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando ao ano anterior e ao orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA. O destaque do ano vai para a atenuação da crise da pandemia da COVID-19, seguida por um processo de recuperação lento do cenário macroeconômico internacional e estabilização dos preços das *commodities*. Contudo, ainda com riscos atinentes ao baixo crescimento econômico, retorno da inflação mundial e conturbados movimentos nos fluxos de capital com oscilações divergentes nas taxas de juros ao redor do mundo.

No panorama macroeconômico internacional e nacional, o crescimento econômico global deve recuperar o fôlego aos poucos, mas a redução de programas de investimento público pode tornar a recuperação ainda mais lenta. Na China a preocupação com zerar os casos de COVID-19 promovem *lockdowns* e arrefecem a demanda asiática e afetam os mercados globais de *commodities*. No Brasil, a política macroeconômica continua sem conseguir controlar ao crescimento da inflação e da taxa de câmbio se mantendo a mercê do panorama internacional. A elevação dos juros servirá como freio para o crescimento econômico e a inflação continua deteriorando a renda das famílias enquanto o nível de desemprego continua elevado e o cenário fiscal nacional se deteriora sem poder intervir com políticas públicas mais estratégicas.

Nesse contexto, o RTF do 6º bimestre do exercício de 2021 apresenta a revisão para o crescimento da economia maranhense e o cenário macroeconômico estadual. Os preços internacionais beneficiam a dinâmica do comércio exterior do Estado, mas não conseguem traduzir em geração de produtividade e novos empregos – fenômenos que foram acompanhados ao longo de 2021. A taxa de desemprego continua baixa e o mercado foi beneficiado pelo efeito preço. A inflação, o desemprego e a taxa de juros continuam impactando a demanda estadual, arrefecendo o mercado interno. Contudo, com a base fraca de 2020 permitiu que 2021 tivesse resultados melhores na atividade uma vez que o processo de vacinação bem-sucedido dentro do Estado evitou medidas rígidas de combate à pandemia.

Para o Estado do Maranhão, o câmbio elevado e os preços das *commodities* foram positivos não somente para o mercado exportador. A elevação do preço do petróleo continuou beneficiando a arrecadação do principal imposto estadual o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e as transferências constitucionais através do crescimento da arrecadação nacional com o Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI. O câmbio elevado permitiu que o efeito preço fosse alavancado e ainda afetasse demais as mercadorias adquiridas do exterior. Por outro lado, a taxa de câmbio também afetou as despesas elevando o valor da dívida externa – em especial o custo com as parcelas da Operação de Crédito com o *Bank of America*.

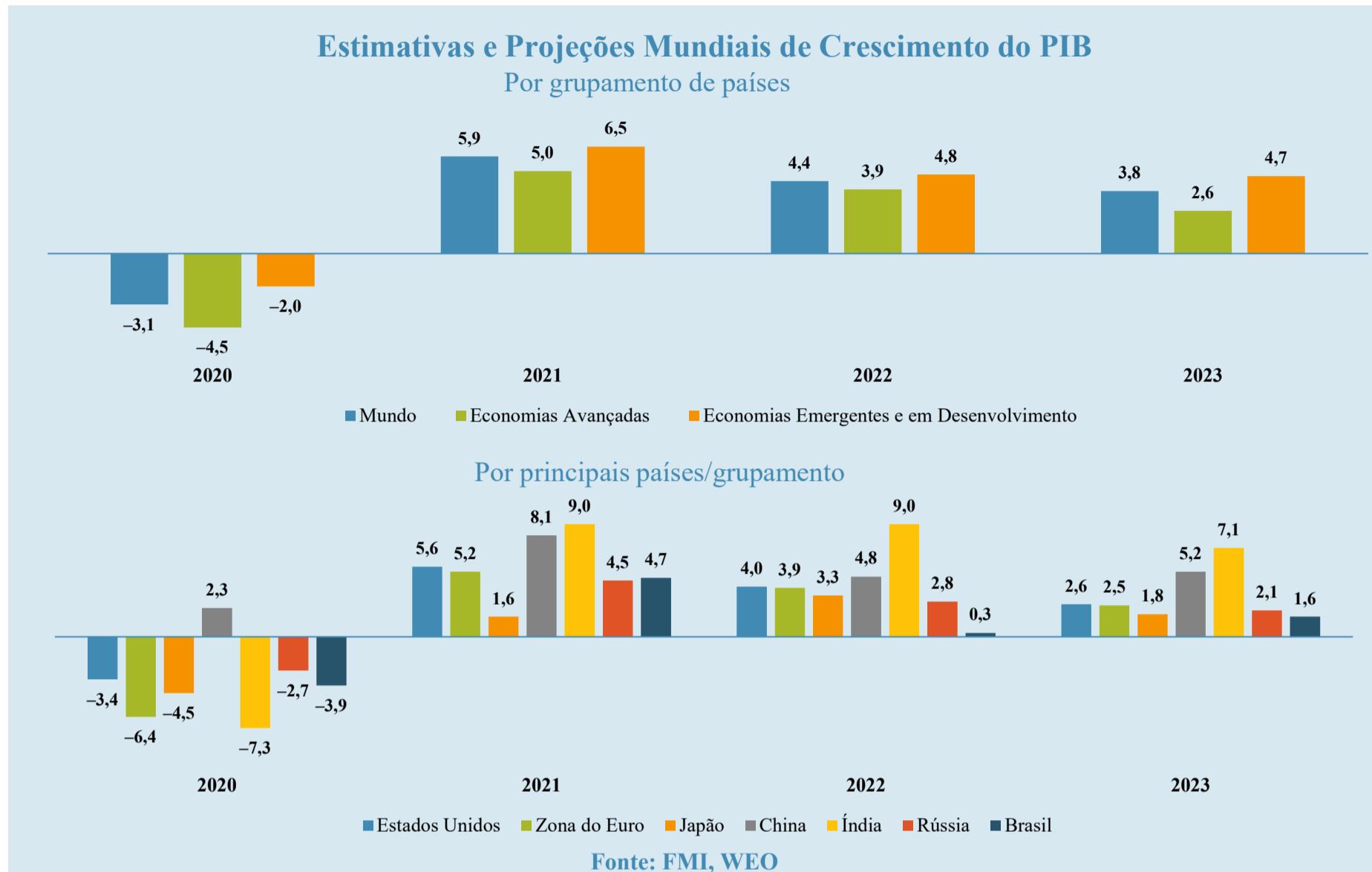
Com transferências e arrecadação tributária crescendo em 2021, os resultados das receitas foram melhores do que o esperado pela LOA 2021. Contudo, as despesas acompanharam a taxa de crescimento das receitas, principalmente no que se refere aos dispêndios na função Saúde, uma vez que desde 2020 foi alvo de grandes investimentos para suprir as necessidades da pandemia, o que desencadeou em forte ampliação do custeio. Além disso, os gastos com assistência social, políticas de geração de emprego e investimentos anticíclicos também pressionaram a despesa.

Nesse sentido, o Estado do Maranhão ainda passa por um cenário desafiador. Com possibilidade de normalização do cenário internacional: preço das *commodities* e câmbio mais baratos, a arrecadação maranhense pode seguir uma trajetória de arrefecimento. O crescimento das despesas deve continuar e possivelmente será mais pressionado em 2022, no qual a despesa de Pessoal poderá subir visando compensar as supressões legais impostas pela necessidade de manter os recursos para combater a pandemia. Além disso, a elevada inflação também deve fortalecer as pressões dos servidores pela recomposição da renda.

Desta forma, as perspectivas do panorama econômico são de melhora, mas acompanhadas de novos desafios para as finanças públicas uma vez que o panorama de normalização impacta as receitas estaduais e as despesas continuam crescentes. Os desafios e as incertezas econômicas e fiscais deverão manter a economia maranhense crescendo a passos lentos em 2021 e 2022.



## 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO



### 2.1. Cenário Internacional

A transição para o ano de 2022 foi marcada por resultados otimistas quanto ao crescimento da atividade econômica global, embora sob perspectiva mais moderada saindo de +5,9% em 2021 para +4,4% no ano consecutivo, conforme prenuncia o [World Economic Outlook de Janeiro de 2022](#), do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em termos gerais, o ano de 2021 ficou caracterizado pela continuidade no enfrentamento direto da pandemia da COVID-19 e suas novas variantes que assolaram o panorama de riscos. O processo de vacinação foi um dos principais determinantes para a retomada da atividade econômica e a gestão eficiente da saúde pública o principal fundamento para o crescimento econômico - como ficou demonstrado pelo caso chinês com estimativa de +8,1% em 2021.

Considerando estes fatores, por si só, seriam suficientes para resultar numa recuperação desigual ao redor do globo, contudo, para além disso, os fenômenos conjunturais e estruturais em muitos países acabaram por agravar ou atenuar a crise econômica desencadeando outras divergências. Dentre os tais fenômenos, foram determinantes: 1) a situação fiscal – permitindo eficientes políticas públicas anticíclicas; 2) o arcabouço institucional e político vigente; 3) a forma da dependência do mercado internacional – em termos de complexidade econômica e das mercadorias; 4) a dependência de insumos internacionais – que ficaram escassos; e 5) a estrutura produtiva.

A título de exemplo, nesse diapasão, é primoroso destacar o impacto da alta dos preços das *commodities* e seus impactos inflacionários, bem como no câmbio e nas taxas de juros dos países.

Um destaque, nesse âmbito, é o preço do petróleo e a consequente elevação dos custos com energia e de produção.

Outro fenômeno consequente desta crise econômica provocada pela pandemia, refere-se ao crescimento do nível de desemprego, fechamento de empresas e consequente ampliação do *gap* social com forte aumento do contingente de extremamente pobres no mundo.

A ascensão da difusão da variante Ômicron da COVID-19 retraz riscos para a continuidade do crescimento econômico, uma vez que algumas medidas restritivas de mobilidade foram retomadas desde dezembro de 2021 por muitos países.

**O processo de vacinação foi um dos principais determinantes para a retomada da atividade econômica e a gestão eficiente da saúde pública o principal fundamento para o crescimento econômico**

A escassez na cadeia de oferta de mercadorias ao redor do globo continua prejudicada pelos consequentes efeitos da pandemia. Além disso, os preços com energia continuam ascendentes, elevando ainda mais os custos de produção e os preços ao redor do globo. Esse processo inflacionário global, também foi fortalecido pelos fortes pacotes de enfrentamento da pandemia e recuperação da economia conforme relatados no [Relatório de Transparência Fiscal do 5º bimestre](#).



Apesar disso, o panorama geral atenta-se principalmente ao risco da nova variante da pandemia em continuar arrefecendo o crescimento econômico através de novas e pendulares medidas de contenção social. Ressaltando, porém, o rápido e amplo contingente da população vacinada ao redor do globo, reduzindo maiores danos e a necessidade de ações mais incisivas.

Em paralelo aos preços no final de 2021 aparentam caminhar para uma lateralização ou até normalização ao longo de 2022 – uma vez que os riscos sanitários possam ser mitigados e as cadeias de produção global e o mercado internacional reestabelecidos.

O nível do comércio mundial em 2021 ultrapassou o nível pré pandemia, contudo, as desigualdades conjunturais e estruturas enfrentadas pelas economias dos diferentes países não permitiram a capacidade do comércio exterior reduzir os gargalos econômicos estruturais deixados pela COVID-19.

Ainda assim, o FMI reitera a necessidade de programas de apoio à recuperação econômica, fomento e investimentos públicos estruturantes na economia como medidas estratégicas anticíclicas, para o crescimento. Assim, o cessamento de parte dos recursos do *Build Back Better* atua como freio para o crescimento dos Estados Unidos e de parte do mercado mundial. As ações da China para enfrentamento da pandemia, com grande força através do “COVID-19 Zero-tolerância” acabaram reduzindo os investimentos e gerando estresse nos mercados financeiros.

Em tratando-se do agrupamento de países, as economias avançadas devem crescer (+3,9%) em 2022 um pouco mais tímidos do que em 2021(5%), uma vez que o efeito “base fraca” começa a cessar e os pacotes de incentivo e fomento a diminuir.

Nos emergentes, o efeito é similar, saindo de +6,5% em 2021 para +4,8% em 2022 e muito se deve as mudanças nos fluxos de capitais, taxas de juros e na taxa de câmbio decorrente das flutuações econômicas provocadas pela pandemia, e, em paralelo resultante do arrefecimento chinês resultante – além dos aspectos conjunturais macroeconômicos - da menor atividade no setor da construção civil, destacadamente, no habitacional que decorre das fortes medidas de redução da mobilidade e restrições para melhor enfrentar a COVID-19.

No que se refere aos mercados de *commodities*, as principais mercadorias para o Brasil e Maranhão – destacados no **Painel 1**, apontaram para arrefecimento do desenfreado crescimento observado desde o segundo semestre de 2020, o que conforme reiterado anteriormente, reforça uma perspectiva de estabilização dos preços internacionais e menor crescimento da inflação.

Contudo é primoroso reiterar que os patamares de preços estão extremamente elevados e ainda muito acima do padrão “normal” do pré-pandemia. Nesse sentido, deve-se salientar que essa regeneração das cadeias de produção deverá ocorrer gradualmente ao longo de 2022, de modo que os preços médios do ano ainda deverão ser superiores ao pré-pandemia e a recuperação efetiva do nível dos preços deverá ficar apenas para o segundo semestre de 2022.

Com base nesse panorama, deve-se esperar uma inflação mantida elevada ao redor do globo. Estratégias efetivas que visem a redução dos custos e a manutenção do nível de emprego e renda devem ser adotadas para estimular a economia. Mudanças nos paradigmas do mercado financeiro também devem ser presentes diante dos desiguais crescimentos econômicos e diferentes medidas tomadas pelos Governos no que tangem às políticas

macroeconômicas de enfrentamento da crise, podendo se transformar em relação as taxas de juros e cambiais.

Países emergentes e subdesenvolvidos que possuem menor espaço para ação direta dos governos no investimento público, executando medidas contracíclicas, auxílios com gastos sociais e pouca margem de ação macroeconômica deverão sofrer mais com as volatilidades do cenário internacional.

No panorama dos riscos, deve-se atentar também à possível retomada do debate Estados Unidos e China e do conflito comercial existente desde o pré-pandemia e que pode voltar diante da crise econômica global e também diante de um cenário de estabilização econômica.

Além disso, 2022 será um ano com algumas eleições importantes para a economia global. Na América Latina destacando-se o Brasil; na Europa, a França e a Áustria; na Ásia a eleição presidencial da Índia; e na América do Norte as eleições *mid-term* dos Estados Unidos que pode ditar o poder de ação do Governo Central.

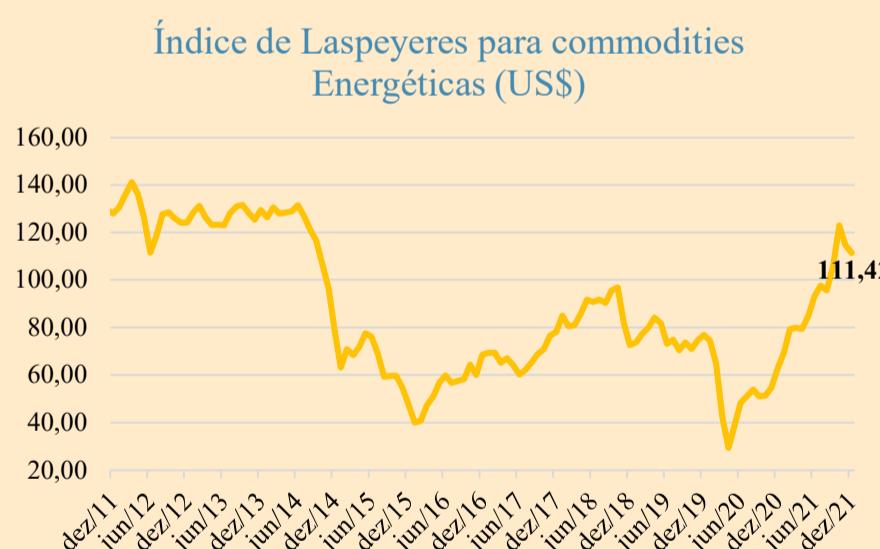
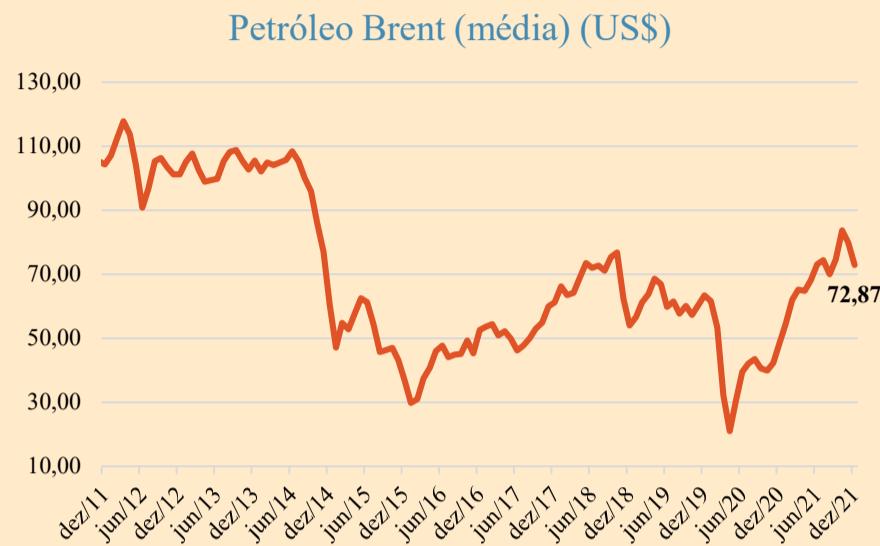
**Com base nesse panorama, deve-se esperar uma inflação mantida elevada ao redor do globo. Estratégias efetivas que visem a redução dos custos e a manutenção do nível de emprego e renda devem ser adotadas para estimular a economia.**

Por fim, o último grande risco também é atinente aos resultados dos gastos com enfrentamento da COVID-19, que podem estar associados à problemas fiscais significativos, sobretudo de custeio da máquina pública dos Governos, além dos impactos das renúncias fiscais, gastos com auxílios e subsídios, redução de alíquotas e eventuais consequências que podem reduzir o gasto e o investimento público nos próximos anos.

A eficiência da gestão pública em todas as esferas vem sendo colocada contra a parede desde 2020 e o acompanhamento das variáveis macroeconômicas são fundamentais para compreensão acerca dos eventuais riscos e ganhos de curto e longo prazos, a elevada inflação deverá continuar cobrando tanto da gestão pública como da população ao longo dos próximos dois anos – independentemente de eventual redução em 2022, a resiliência dos níveis de preços em relação aos reajustes na renda deverão manter problemas substanciais na dinâmica econômica dos países emergentes.



## PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE OUT/2011 ATÉ OUT/2021



Fonte: Banco Mundial – dez/2021



## 2.2. Cenário Nacional

No cenário Nacional, as flutuações internacionais vêm sendo os principais vetores para conduzir a atividade econômica e as variáveis macroeconômicas nacionais. A taxa de câmbio foi mantida em patamar elevado, desde o epicentro temporal da pandemia em 2020, crescendo cerca de 7,5% de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 e cerca de 39% desde janeiro de 2020 – quando os riscos globais atingiram o auge e o risco brasil alavancou.

A elevação dos preços das *commodities* internacionais continuaram mantendo um duplo efeito na economia brasileira, a valer: 1) por um lado, produtos importados como *Combustíveis* e *Lubrificantes* ficaram extremamente mais caros – devido ao preço do petróleo e patamar cambial - bem como, de *fertilizantes* que são insumos para a produção agrícola brasileira; 2) por outro fronte, a economia teve ganho substancial na sua pauta de exportações - centrada em *commodities* agrícolas e alimentícias, que também subiram no mercado internacional – à exemplo da soja, do milho e da proteína animal. Desta forma, enquanto por um lado a inflação brasileira ascendeu drasticamente através da ampliação dos custos com logística e produção, por outro, a atividade econômica voltada para ao exterior beneficiou o crescimento da economia brasileira, proporcionando valorização da atividade econômica.

Esses dois fenômenos devem, porém, ser observados de forma mais detalhada: 1) apesar do crescimento da economia, não houve melhora da estrutura econômica em relação às perdas estruturais da crise – as empresas fechadas e o aumento do desemprego não conseguiu ser suprido pelo crescimento da economia – isso se deu pois a exportação de *commodities* e bens de baixo valor agregado não acrescentou investimento, nem adensamento produtivo interno e não gerou novas contratações significativas para suprir as perdas. Desta forma, ampliou a concentração de renda e a desigualdade econômica; 2) no âmbito dos preços internacionais, deve-se considerar também que o forte crescimento da inflação exerceu penalidades no nível de renda da população brasileira – encarecendo substancialmente o consumo.

Como medida de contenção do processo inflacionário, o Governo Federal, através do Banco Central, adotou a política de elevação das taxas de juros da economia, a SELIC em janeiro de 2020 (acumulada 12 meses) somava 4,4%, ao final de 2021, o valor praticamente dobrou, chegando em 8,76%, com reuniões do Comitê de Política Monetária – COPOM prenunciando novos aumentos ao longo de 2021.

Acerca dessa política macroeconômica monetária, o julgamento do Conselho Federal de Economia, bem como de inúmeros economistas que avaliam a conjuntura econômica nacional é de uma postura crítica, uma vez que as taxas de juros não aparentam ser capazes de conter – significativamente e rapidamente o processo inflacionário.

Tendo em vista que a elevação das taxas de juros como controle da política monetária serve principalmente para retirar moeda de circulação – voltando os recursos para títulos públicos mais atrativos ou aplicações no mercado financeiro – uma inflação de custos não permite um mecanismo de transmissão efetivo através da elevação dos juros, haja vista que nem a renda, o consumo e/ou o investimento são a causa inflacionária. Nesse diapasão da política monetária nacional, a inflação é afetada mais diretamente apenas pelo efeito de controle do câmbio - que não é suficiente e também possui elevado custo fiscal.

A taxa de câmbio ao final de 2021 sinalizou estabilização e muito se atribui aos impactos da elevação da SELIC na atratividade de investidores internacionais para os ativos precificados em real – destacadamente os títulos do Governo Federal. A aquisição de reais pelos estrangeiros, fortaleceu a moeda nacional e mitigou parte da constante alta cambial sofrida pelo país devido ao risco da pandemia, uma vez coberto o risco pela SELIC, o país torna-se atrativo a esses investidores. Nesse percurso, contudo, o país onera suas contas públicas para o pagamento de juros dos títulos cedidos e aumentando a dívida pública de 2021 em aproximadamente R\$ 100 bilhões, e para 2022, totalizando em R\$ 760 bilhões – elevação de R\$ 311,6 bilhões em relação à 2021 que é de R\$ 448,4 bilhões.

Não obstante, a elevação da taxa SELIC também continua tendo um efeito de enxugamento dos investimentos e consumo na economia não financeira, uma vez que a alta remuneração dos juros também é atrativa aos investidores internos e que os custos de financiamento também ficam mais caros. Desta forma, a taxa SELIC atua como forte vetor para frear a recuperação da atividade econômica nacional. Conforme pode ser observado no **Painel 2**, no Índice de Consumo das Famílias mais baixo e no nível de endividamento extremamente alto.

### a elevação da taxa SELIC também continua tendo um efeito de enxugamento dos investimentos e consumo na economia não financeira

Retomando a pauta do PIB, é importante destacar que medidas do Governo Federal através dos Auxílios de renda para enfrentamento dos impactos sociais da COVID-19 foram substanciais para manter a economia gerando, apesar de terem sido menores e com duração inferior ao necessário para suprir a totalidade do gargalo produzido. Não obstante, as regiões mais pobres e com maior contingente de desempregados e desamparados foram extremamente “beneficiadas” em termos de movimentação dos mercados durante o pagamento destes benefícios sociais.

Cabe ainda salientar que apesar disso, o cenário para 2022 na economia brasileira deve ser mais ameno para as taxas de câmbio e inflação – contudo somente a partir do segundo semestre. Ainda assim, é primoroso reiterar os riscos fiscais da União que conta com o aumento da dívida e a necessidade de manter políticas anticíclicas e que ainda passará por um ano de eleição – que implica em fortes restrições dos gastos a partir do segundo semestre.

Reitera-se ainda que o Brasil, antes da pandemia da COVID-19 passava por problemas econômicos – destacadamente devido à crise político-institucional vivida desde o período de 2014 e 2015. Nesse diapasão, a pandemia retirou do enfoque e deu uma trégua à essa pauta política e estratégica, bem como, da evolução de problemas fiscais. Nesse escopo, deve-se reiterar a necessidade de acompanhamento da pauta fiscal e do seu agravamento no panorama nacional, pois mesmo que em 2021 os resultados das finanças públicas tenham sido positivos, estas derivam de fenômenos conjunturais – preços internacionais, câmbio e inflação – vetores que possuem desdobramentos negativos na atividade econômica e cujo benefícios na pauta fiscal não devem perdurar após as eleições federais.



## PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

### IPCA Acumulado 12 meses de dez/2005 até dez/2021 (%)



Fonte: BCB

### Formação Bruta de Capital Fixo, do 1º tri de 2017 até o 3º tri de 2021 (Dessazonalizado) - Índice 2010 = 100



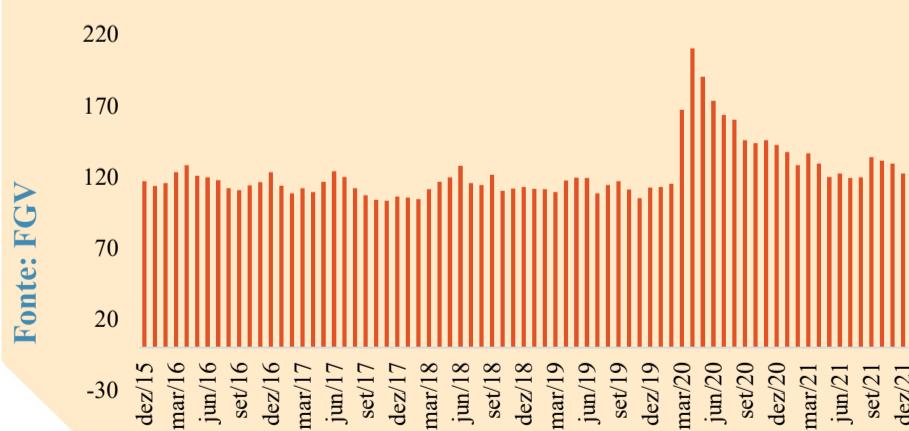
Fonte: IBGE

### Taxa de Câmbio Livre - Dólar Americano Diário - u.m.c./US\$ (venda)



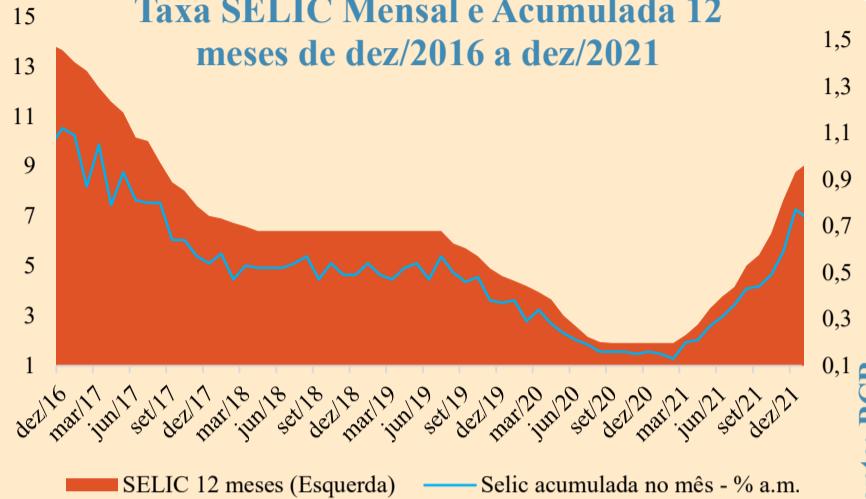
Fonte: BCB

### Índice de Incerteza da Economia de dez/15 até dez/21



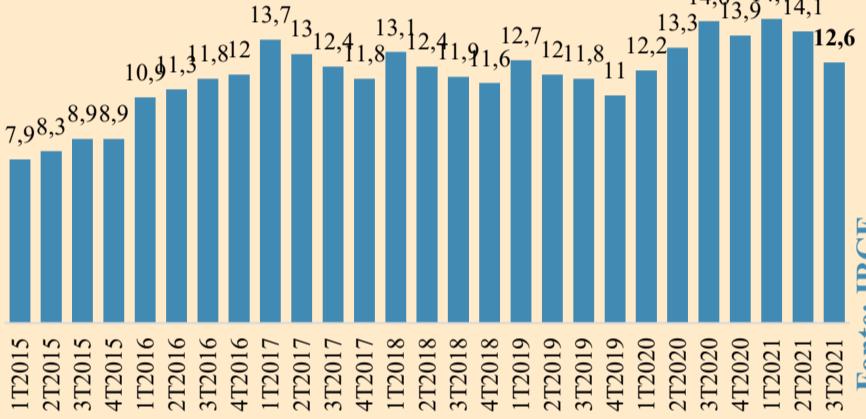
Fonte: FGV

### Taxa SELIC Mensal e Acumulada 12 meses de dez/2016 a dez/2021



Fonte: BCB

### Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 3º tri de 2021



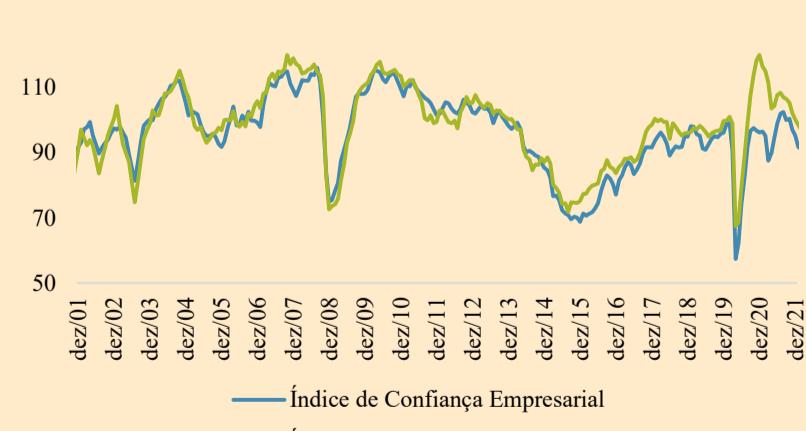
Fonte: IBGE

### Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de set/10 até dez/21



Fonte: CNC

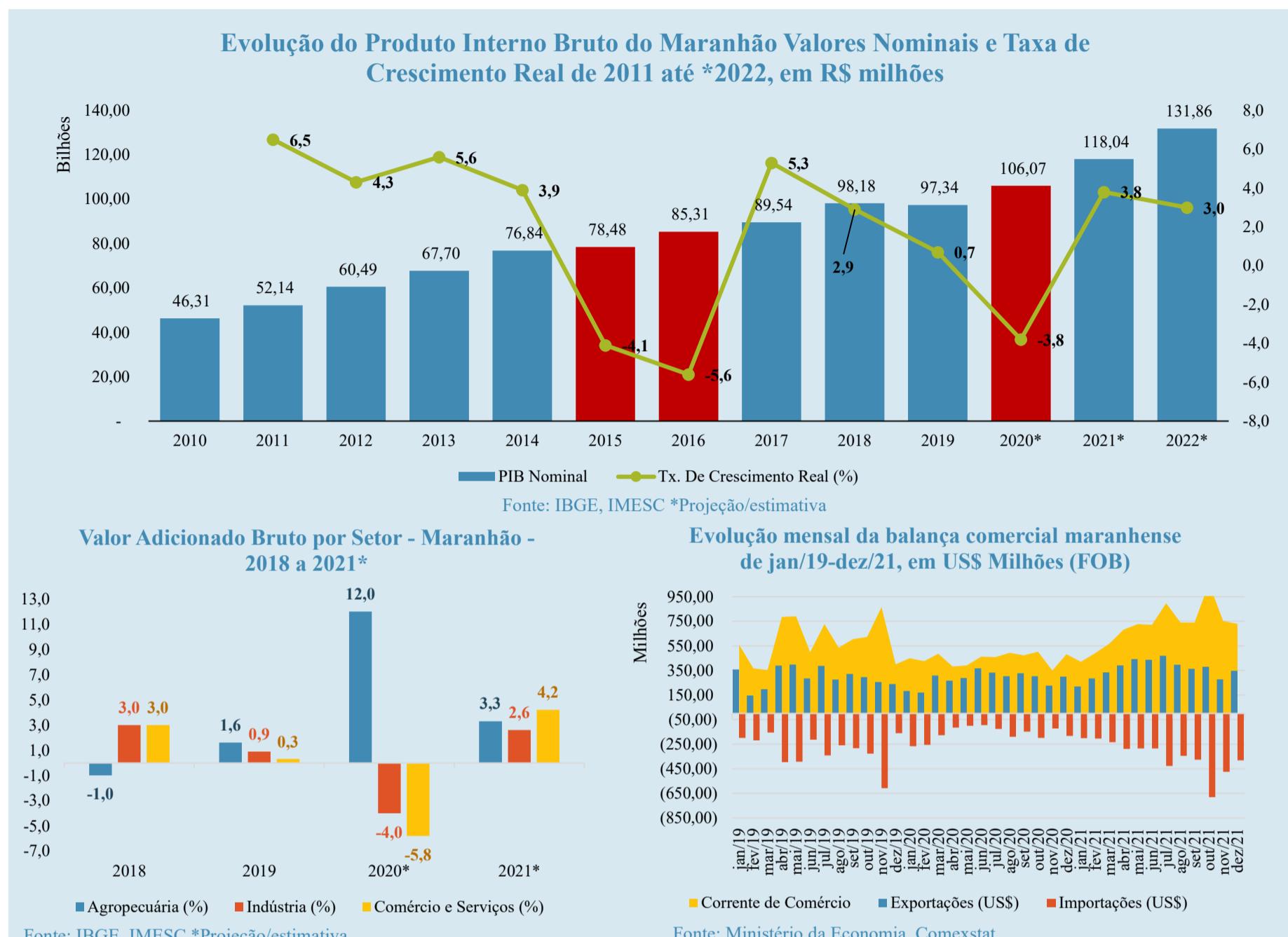
### Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de dez/01 até dez/21



Fonte: FGV



## 2.3. Cenário Estadual



Na pauta estadual, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), através do Boletim de Conjuntura Econômica do 4º trimestre de 2021 estimou crescimento do PIB na ordem de 3,8% em 2021 – valor considerado baixo para os padrões pré-crise econômica e a base fraca de 2020, mas que reflete os pertinentes impactos da pandemia acrescidos do esforço hercúleo do Governo Estadual com políticas anticíclicas e que atenuem o impacto da COVID-19 na estrutura econômica maranhense

O efeito da segunda onda da pandemia na economia maranhense foi substancial, embora menor do que o ocorrido em 2020, isso deveu-se às medidas restritivas terem sido mais amenas e continuamente atenuadas ao longo do ano. Esse resultado foi possível porque o Maranhão foi um dos estados mais exitosos na corrida pela vacinação da população – em dezembro de 2021, 63,3% da população maranhense estava vacinada com pelo menos uma dose, 50,3% com o esquema vacinal completo e contava com 8.488.939 vacinas aplicadas.

Na abertura por grandes setores da economia, o efeito *la niña* afetou mais a agropecuária ao centro-sul do país, permitindo que o Maranhão obtivesse bons resultados na produção agrícola – estimado para colheita de 5,7 milhões de toneladas de grãos, beneficiou os incentivos para o plantio ocasionando no aumento da área plantada em 3,9%. Na pecuária também houve aumento no número de abates de animais (+3,7%). O Aumento dos preços internacionais das *commodities* agrícolas e alimentícias também foi um incentivo determinante para beneficiar o setor primário

exportador e auxiliando no crescimento de aproximadamente 3,3% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária.

Na indústria, a estimativa de crescimento do VAB em 2021 é de +2,6% e deve-se tanto à recuperação da atividade da Construção Civil ao longo do ano, como da ampliação na geração e consumo de energia. Os destaques setoriais da indústria de transformação vão para o aumento da extração de Gás Natural no Maranhão (+58,6%) e nas exportações de Pasta de Celulose, que cresceram 9,5%. Para a indústria, o efeito preço também foi significativo, a alta dos preços do petróleo elevou o valor das *commodities* energéticas o que beneficiou igualmente a indústria de gás natural – para a indústria de celulose, houve alta no preço da madeira tanto na Europa como na América do Norte, o que resulta na elevação de seus derivados – inclusive para a pasta de celulose no Canadá, Estados Unidos, Espanha e Rússia, resultante tanto do efeito pandemia, como de aumento na demanda no mercado de biomassa e fibras.

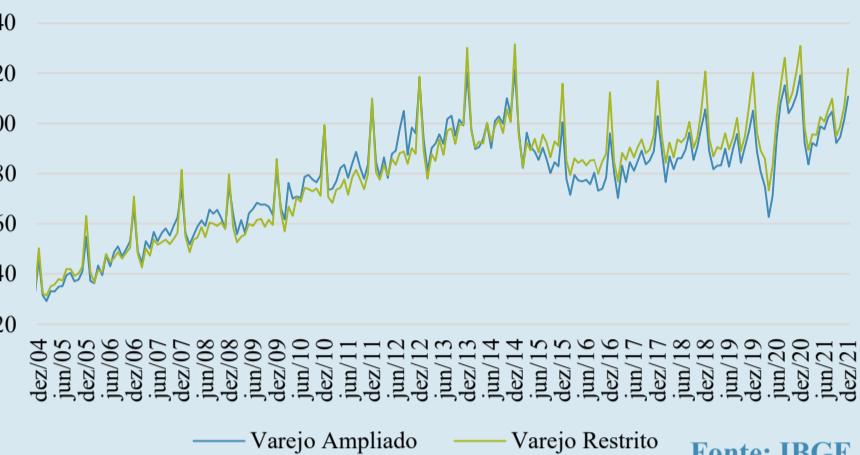
Por fim, para o setor de Comércio e Serviços, o crescimento deverá ser bastante acentuado em 2021, estimado para +4,1%, resultado da base extremamente fraca em 2020 – foi o setor mais impactado pela pandemia – bem como da retomada gradual das atividades acompanhadas de medidas cada vez menos restritivas. Para o Maranhão, o destaque fica para a retomada do setor de transportes, atividades relacionadas à construção civil, atividades imobiliárias, recuperação do comércio, setor hoteleiro, alimentício e do turismo, embora ainda em escala fragilizada.



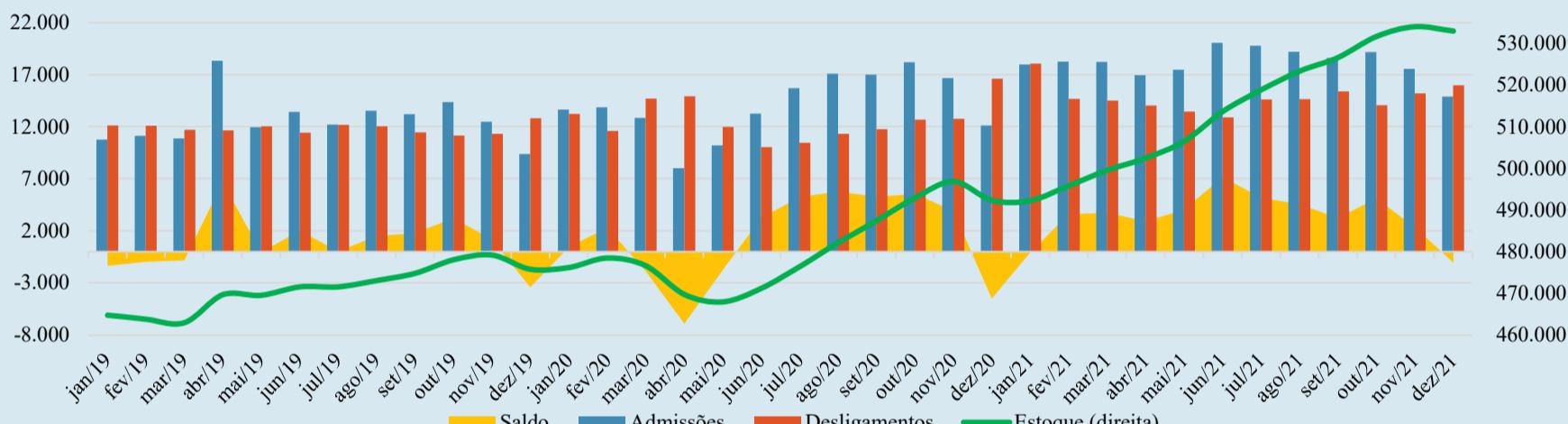
### Taxa de Desocupação - trimestral (%)



### Evolução do Índice de Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado de out/2004 até dez/2021



### Evolução das Admissões, Desligamentos, Saldo e Estoque de Empregos no Maranhão de jan/2019 até dez/2021



No que se refere ao mercado internacional, as exportações do Maranhão em 2021 somaram US\$ 4,4 bilhões crescimento de (+29,4%) em relação à 2020, resultado que derivou principalmente devido a elevação dos preços internacionais, haja vista que a quantidade exportada em quilogramas líquidos foi de 12,6 milhões de toneladas, menor que o ano passado quando foi enviado 12,8 milhões de toneladas.

Considerando as principais mercadorias exportadas, as quatro que apresentaram crescimento significativo no valor das exportações foram: i - soja registrou US\$ 1,2 bilhões (+57%) frente 21,6% de crescimento na quantidade; ii - Alumina Calcinada, somou US\$ 1,2 bilhões (+13,4%) diante de queda de 8,3% na quantidade; iii - Minérios de Ferro somaram US\$ 607,2 milhões (+64,7%), diante de redução de 8,8% na quantidade exportada; e iv - Pasta de Celulose, que somou US\$ 584,6 milhões (+12,1%) contra crescimento de 10% na quantidade. Desta forma, destacam-se os benefícios para o crescimento econômico do PIB maranhense atrelados aos preços internacionais das *commodities*, e, possível preocupação caso os preços voltem a se estabilizar, uma vez que as principais exportações possuem baixo ou até negativo crescimento na quantidade exportada, indicando que não houve ganhos substancial de produtividade ou produção nessas indústrias.

Pelo lado das Importações, o efeito foi similar, o valor importado em 2021 somou US\$ 4,2 bilhões (+121%) e 10,2 milhões de toneladas (+37,9%), esse movimento deriva da pauta importadora do Maranhão, que se mantém altamente vulnerável aos preços internacionais – destacando os impactos em fertilizantes, combustíveis e lubrificantes. Pelo lado da quantidade, o aumento significativo aconteceu em combustíveis e lubrificantes, destacadamente, no Gasóleo (óleo diesel) – como forma de

anteceder a elevação dos preços, aumentou-se as importações ao longo do ano, que somaram 4,3 milhões de toneladas (+90,9%) e US\$ 2,4 bilhões (+169,6%). Dentro de fertilizantes, destaca-se a importação do ADP com US\$ 213,9 milhões (+107,9%) e apenas +7,9% na quantidade.

Apesar dos ganhos em termos de atividade econômica, a taxa de desocupação do terceiro trimestre de 2021 (último dado divulgado) ficou em 15%, percentual ainda elevado se comparado com o último trimestre de 2020, contudo, apresentando sinais de recuperação. O patamar de desemprego ainda está próximo do nível da pandemia, embora, não fuja do período pré-pandêmico derivado da crise econômica político-institucional. A atividade exportadora não consegue potencializar a geração de empregos e nem a distribuição de renda dentro do Estado, e tal melhora nos indicadores de emprego, estão mais associados aos fatores de recuperação do mercado interno do que ao boom externo, uma vez que, conforme observado, os ganhos de produção e produtividade foram menores do que os efeitos preço.

Deve-se destacar ainda que o cenário externo possui forte influência no resultado das finanças públicas maranhenses, mitigando todas as perdas fiscais derivadas da redução da atividade econômica interna – uma vez que o efeito preço e as importações beneficiam à arrecadação. Nesse bojo, o câmbio, o aumento das importações e o preço das mercadorias adquiridas do exterior beneficiam o setor público. E isso permite que o Estado do Maranhão desempenhe mais ações anticíclicas voltadas para recuperação econômica e amplia o seu portfólio de investimentos públicos – proporcionando uma retomada mais célere e melhorando as expectativas para o ano de 2022.



### 3. CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

#### 3.1. Resultado Primário do Governo Central

##### DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em milhões)

Discriminação	Acumulado Jan-Dez		6º Bim		Acumulado do ano 21/20		6º Bim 21/20	
	2020	2021	2020	2021	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
<b>1. Receita Total</b>	<b>1.467.758,79</b>	<b>1.932.370,35</b>	<b>301.243,47</b>	<b>379.365,79</b>	<b>464.611,56</b>	<b>31,65%</b>	<b>78.122,32</b>	<b>25,93%</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	899.522,51	1.195.712,30	176.911,10	216.177,96	296.189,79	32,93%	39.266,87	22,20%
1.2 - Incentivos Fiscais	-137,52	-160,46	-	-74,59	-22,94	16,68%	-74,59	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	404.772,51	462.244,11	96.814,15	103.541,18	57.471,60	14,20%	6.727,03	6,95%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	163.601,28	274.574,39	27.518,23	59.721,24	110.973,11	67,83%	32.203,02	117,02%
<b>2. Transf. por repartição de receita</b>	<b>263.798,05</b>	<b>353.552,24</b>	<b>56.428,81</b>	<b>74.908,10</b>	<b>89.754,19</b>	<b>34,02%</b>	<b>18.479,28</b>	<b>32,75%</b>
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	204.616,86	274.865,18	45.315,79	57.913,09	70.248,33	34,33%	12.597,30	27,80%
2.2 Fundos Constitucionais	8.553,24	5.820,77	1.021,64	727,39	-2.732,47	-31,95%	-294,25	-28,80%
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	12.621,58	14.088,57	2.072,74	2.485,77	1.466,99	11,62%	413,03	19,93%
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	35.630,64	56.282,49	7.713,52	13.428,65	20.651,85	57,96%	5.715,13	74,09%
2.5 CIDE - Combustíveis	690,05	443,97	-	-	-246,08	-35,66%	-	-
2.6 Demais	1.685,69	2.051,26	305,13	353,21	365,57	21,69%	48,07	15,75%
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>1.203.960,74</b>	<b>1.578.818,11</b>	<b>244.814,66</b>	<b>304.457,69</b>	<b>374.857,37</b>	<b>31,14%</b>	<b>59.643,03</b>	<b>24,36%</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>1.947.215,56</b>	<b>1.613.891,45</b>	<b>307.204,42</b>	<b>286.445,81</b>	<b>-333.324,11</b>	<b>-17,12%</b>	<b>-20.758,61</b>	<b>-6,76%</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	663.904,39	709.582,50	103.568,76	109.460,23	45.678,11	6,88%	5.891,47	5,69%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	321.349,34	329.347,13	63.377,50	64.227,48	7.997,80	2,49%	849,98	1,34%
4.3 Outras Despesas Obrigatorias	720.266,30	305.985,22	81.973,53	39.375,20	-414.281,08	-57,52%	-42.598,33	-51,97%
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	241.695,53	268.976,60	58.284,63	73.382,89	27.281,07	11,29%	15.098,27	25,90%
<b>5. Resultado Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)</b>	<b>-743.254,82</b>	<b>-35.073,34</b>	<b>-62.389,76</b>	<b>18.011,89</b>	<b>708.181,48</b>	<b>-95,28%</b>	<b>80.401,65</b>	<b>-128,8%</b>
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	932,27	-	1,74	-	-932,27	-100%	-1,74	-100,0%
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	984,36	-456,38	-607,91	-832,47	-1.440,74	-146,3%	-224,56	36,94%
<b>7. Discrepância Estatística</b>	<b>-3.927,68</b>	<b>-342,46</b>	<b>-2.059,07</b>	<b>287,12</b>	<b>3.585,22</b>	<b>-91,28%</b>	<b>2.346,19</b>	<b>-113,9%</b>
<b>8. Resultado Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)</b>	<b>-745.265,87</b>	<b>-35.872,18</b>	<b>-65.055,00</b>	<b>17.466,53</b>	<b>709.393,69</b>	<b>-95,19%</b>	<b>82.521,53</b>	<b>-126,8%</b>

Fonte: STN

No 6º bimestre de 2021, o Resultado Primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 18 bilhões, assinalando significativa melhora em relação a igual período em 2020, o qual registrou déficit de R\$ 62 bilhões. Entretanto, ao considerar o resultado de 2021, o valor foi deficitário em R\$ 35,8 bilhões, apresentando, porém, um déficit substancialmente menor que o registrado em 2020, ressaltando a melhora no indicador. A retomada da atividade econômica explica estes números, uma vez que esta circunstância contribui para o aumento da receita. A Receita Líquida no ano de 2021 cresceu R\$ 374 bilhões (+31,1%) em relação ao ano de 2020, enquanto a Despesa Total registrou queda de R\$ 333 bilhões (-17,1%) comparada com o ano anterior.

Houve crescimento na tributação sobre a renda, e esse salto enfatiza o cenário de retomada da atividade econômica brasileira e do ritmo de crescimento quando comparamos com o período de auge da pandemia em 2020. O Imposto sobre a Renda (IR) teve em 2021 um crescimento da ordem de R\$ 134 bilhões (+35%) em relação a 2020. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), tradicionalmente possui grande importância nestes momentos de crescimento e, em 2021, o IRRF registrou crescimento de R\$ 31,9 bilhões (+14,81%) em relação ao ano passado e dentre os rendimentos que compõem este tributo, os rendimentos do trabalho foram os que assinalaram maior aumento absoluto, que compreende R\$ 15,8 bilhões (+13,81%) no final de 2021 em relação a 2020. Entretanto, o [Indicador Antecedente de Emprego – IAEmp](#)<sup>1</sup> de dezembro de 2021, demonstra que houve queda neste índice no último bimestre do ano, como trata-se de um indicador que objetiva antecipar os rumos do mercado de trabalho, há as incertezas com relação ao cenário macroeconômico pós-pandemia

que contribuem para a redução no indicador, porém, quando trabalha-se com comparações interanuais, os valores apresentam melhora, uma vez que em 2020 ainda havia situação de restrições sociais que limitavam o curso da atividade econômica. Como sempre, o setor de serviços tende a ser a mola propulsora da atividade econômica, e no fim de 2021, embora tenha apresentado queda nas previsões de emprego, as perspectivas de situação de negócios no setor permanecem positivas, denotando assim a força e a importância do terceiro setor.

No que tange a arrecadação sobre a lucratividade, no fechamento do exercício de 2021, a variação em relação a 2020 foi expressiva, assinalando um crescimento de R\$ 123 bilhões (+59,74%), esta base de incidência tributária compreende a arrecadação do Imposto de Renda de Pessoal Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que apresentaram aumentos relevantes entre 2020 e 2021, com destaque para o IRPJ, que apresentou crescimento de R\$ 87,8 bilhões (+70%), sendo esta, a subdivisão dentro do Imposto de Renda que teve maior crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos. Atribui-se este crescimento ao recolhimento atípico de aproximadamente R\$ 34 bilhões por algumas empresas de diversos setores econômicos ao longo do ano de 2021, isto é, recolhimento fora de época impulsionado por empresas que registraram lucros maiores que o previsto e precisaram pagar a diferença. Outras razões para o crescimento incluem acréscimos reais na arrecadação referente à estimativa mensal e o lucro presumido.

Já as transações financeiras registraram a maior variação relativa na arrecadação entre os anos de 2020 e 2021. Essa base de

<sup>1</sup> O IAEmp é construído como uma combinação de séries extraídas das Sondagens das Indústria, de Serviços e do Consumidor, tendo a capacidade de

antecipar os rumos do mercado de trabalho no país. O indicador é positivamente relacionado com o nível de emprego no país.



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

incidência corresponde ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que apresentou, entre 2020 e 2021, aumento de R\$ 27 bilhões (+122,03%). Segundo o Tesouro Nacional, o crescimento na arrecadação é explicado pela retomada da tributação sobre as operações de crédito cuja alíquota encontrava-se zerada no ano de 2020, o que explica o crescimento em mais de 100% de um ano para outro. O objetivo da medida consistia em baratear as linhas de crédito emergenciais concedidas durante a pandemia, mas voltou à normalidade a partir de janeiro de 2021, encarecendo o custo do empréstimo. Outro fator que explica o crescimento é o [Decreto nº 10.797/2021](#), que elevou a alíquota do imposto incidente sobre as operações de crédito realizadas desde 21 de setembro de 2021.

A tributação sobre o faturamento também mostrou crescimento em 2021 em relação a 2020, da ordem de R\$ 66,1 bilhões (+23,2%). O valor é um sintoma da retomada da atividade econômica, que se reflete no aumento da arrecadação. O Cofins registrou, em 2021, aumento de R\$ 52,6 bilhões (+23,7%) em relação a 2020. Esse aumento é explicado pelos aumentos reais na arrecadação do setor não-financeiro, especialmente o de combustíveis; aumento da arrecadação das importações; diferimento na arrecadação para empresas do setor elétrico entre agosto e outubro e prorrogação do prazo do pagamento deste tributo em junho de 2020 para novembro do referido ano, o que contribuiu para inflar a base de comparação.

Referente à Arrecadação Líquida para o RGPS, foi registrada uma elevação de R\$ 57,4 bilhões (+14,20) em relação a 2020, sendo a maior parte, urbana. Atribui-se este crescimento, o pagamento do diferimento relativo à Contribuição Previdenciária Patronal; aos parcelamentos especiais sem contrapartida; Suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os Municípios; Pagamento de parcelas do diferimento do Simples Nacional e o saldo positivo de 2.761.301 de empregos ao final de 2021.

Nas Receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), a rubrica de Receitas de Exploração de Recursos Naturais configura-se como o melhor desempenho arrecadatório ao registrar crescimento de R\$ 37,5 bilhões (+66,5%) em comparação a 2020. Tal resultado decorre principalmente do efeito conjunto do

preço internacional do petróleo, câmbio e produção e ao aumento de 49,5% no barril do petróleo (brent) entre 2020 e 2021.

O FPM/FPE/IPI-EE registrou crescimento de R\$ 70,2 bilhões (+34,33%) entre 2020 e 2021, o que se explica pela elevação conjunta do IPI e do IR ao longo do ano de 2021 em comparação ao ano anterior.

Em relação aos Benefícios Previdenciários, houve aumento da ordem de R\$ 45,6 bilhões (+6,88%), explicado pelo fato do IPCA ao longo de 2021 acumular aumento acima dos reajustes concedidos aos benefícios previdenciários no mesmo período de comparação.

No grupo das Despesas, e especificamente sobre as Outras Despesas Obrigatorias, observa-se uma redução no pagamento do Abono e Seguro Desemprego entre 2020 e 2021 da ordem de R\$ 101 bilhões (-12,46%), resultante dos impactos causados pela pandemia do Covid-19 sobre a economia e, em particular, sobre o nível de emprego, em adição, houve a antecipação do pagamento de abono salarial em 2020 sem contrapartida em 2021, bem como a postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

Os Créditos Extraordinários (exceto Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) assinalaram aumento na cifra de R\$ 1,1 trilhão (+42,77%), resultante da execução de despesas associadas às medidas de combate à COVID-19, além de despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios. Vale ressaltar que, a partir do mês de abril de 2021, esta rubrica apresentou sucessivas quedas em função da redução das principais despesas associadas às medidas de combate à pandemia e o fim/redução de diversos auxílios. Ocorre que, até março de 2021, o volume de despesas para o combater a pandemia vinha num crescente, de modo que mesmo com as reduções nos meses seguintes, o resultado anual ainda apresentou variação positiva em relação a 2020.

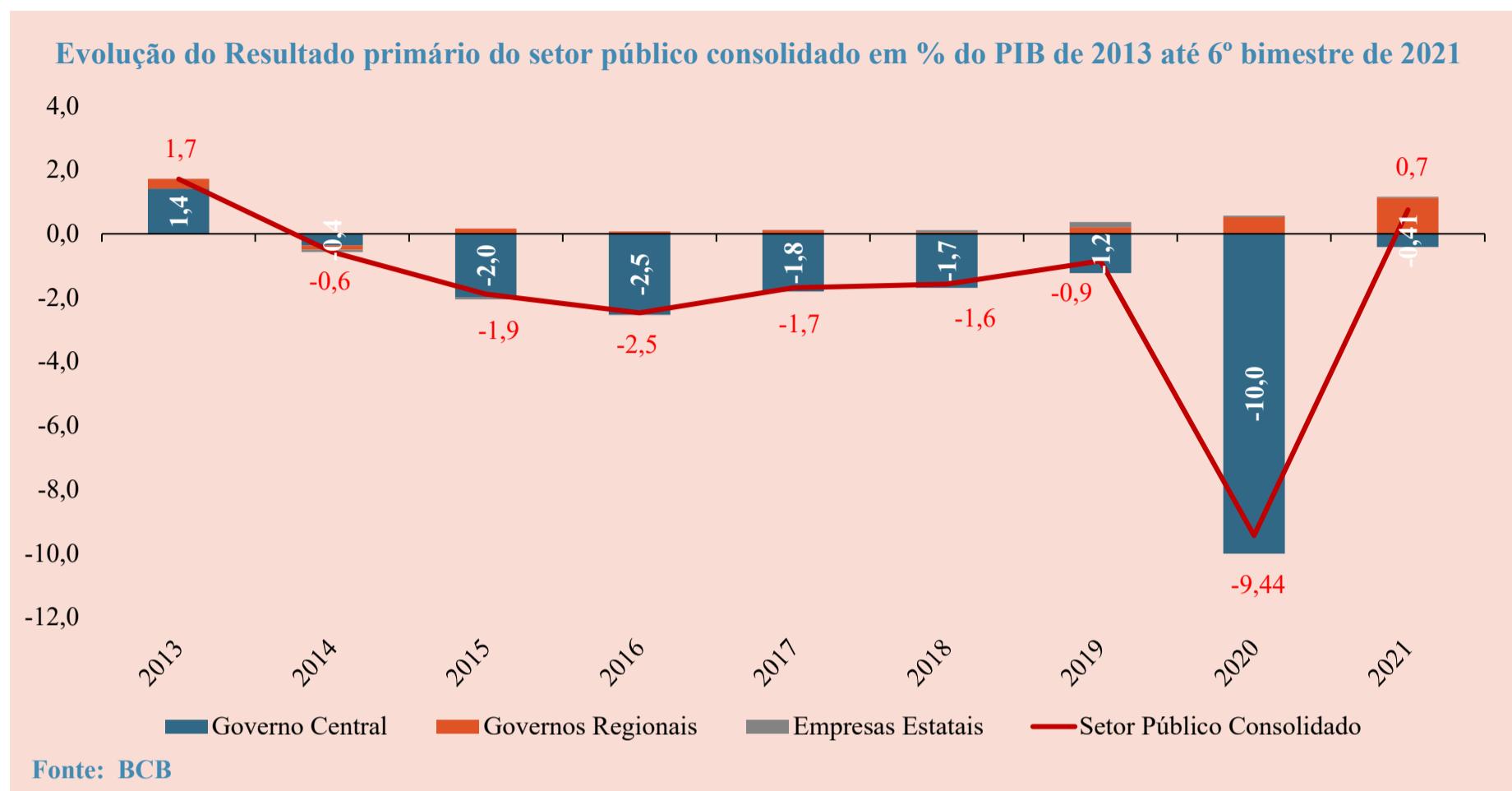
No cômputo geral das Despesas Totais, a queda no indicador mencionada anteriormente relaciona-se com a redução dos gastos com o enfrentamento da pandemia, redução de abonos salariais e outros auxílios. Além disso, em 2021 houve o fim do Apoio Financeiro a Estados e Municípios, corroborando o cenário de queda.

### Arrecadação Federal por base de incidência<sup>1</sup>, valores absolutos e cresc. % - Acum. 6º bimestre de 2020 e 2021

Base de incidência	Acumulado 6º Bim		Acumulado 6º Bim	
	2020	2021	Var. R\$	Var. %
<b>Total Receita Administrada pela RFB</b>	<b>899.522,51</b>	<b>1.195.712,30</b>	<b>296.189,79</b>	<b>32,93</b>
Renda do trabalho	169.550,06	204.054,61	34.504,54	20,35
Lucratividade	205.954,73	328.997,12	123.042,39	59,74
Faturamento	284.557,92	350.669,97	66.112,05	23,23
Importação	67.685,65	93.663,56	25.977,90	38,38
Produção	34.752,60	39.592,82	4.840,23	13,93
Transações financeiras	22.047,59	49.128,42	27.080,84	122,83
Combustíveis	1.988,07	1.927,97	-60,09	-3,02
Ganho de capital	48.346,12	55.575,66	7.229,54	14,95
Folha de pagamentos	-	-	-	-
Outras	64.639,77	72.102,17	7.462,40	11,54

Fonte: STN.

<sup>1</sup>A rubrica da Renda do Trabalho refere-se à soma das arrecadações de IR - Pessoa Física, Rendimento do Trabalho e Outros; dentro da rubrica Lucratividade encontram-se os valores correspondentes a I.R – Pessoa Jurídica e CSLL; no Faturamento encontra-se o somatório da COFINS e PIS/PASEP; na rubrica da Importação está a arrecadação total do IPI – Vinculado e das Importações em si; na Produção estão os valores referentes ao IPI – Fumo, IPI -Bebidas, IPI – Automóveis e IPI – Outros; as Transações Financeiras correspondem ao somatório das receitas de IOF e CPMF; dentro da rubrica de Combustíveis está o somatório total da receita de CIDE Combustíveis; Ganho de Capital diz respeito ao IRRF – Rendimentos do Capital e IRRF – Remessas ao Exterior e Folha de Pagamentos correspondem ao total de outras receitas do grupo.



### 3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado

O Setor Público Consolidado, formado pela União, Estados, Municípios e Empresas Estatais, chegou ao 6º bimestre de 2021, com superávit primário de R\$ 64,7 bilhões. Entretanto, os dados do fim do ano refletiram um déficit do Governo Central em 2021 de R\$ 35,9 bilhões e um superávit de R\$ 97,7 bilhões dos governos regionais. As empresas estatais também apresentaram superávit, este sendo da ordem de R\$ 2,9 bilhões em 2021, conforme nota divulgada pelo [Banco Central](#).

O superávit registrado em 2021 é decorrente do aumento da arrecadação, especialmente do IR e do IOF, que cresceram com a elevação do nível de atividade e da contínua diminuição de gastos do governo com a pandemia do COVID-19.

As despesas com juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, assinalaram em 2021, R\$ 448,4 bilhões ante R\$ 312,4 bilhões registrados em 2020. Tal aumento se deve aos aumentos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e da taxa SELIC no período (que foi de 1,90% ao ano em 2020 para 9,1% em 2021), e pelo resultado das operações de [swap cambial](#) (em 2021 houve perdas de R\$ 4 bilhões, contra ganhos de R\$ 8,0 bilhões em 2020).

O resultado nominal é o mais utilizado para comparação internacional. No caso, trata-se do resultado primário acrescido dos juros da dívida pública. Este resultado, em 2021, foi deficitário em R\$ 383,7 bilhões, ou seja, 4,42% do PIB, reflexo do alto crescimento das despesas com juros do setor público detalhadas anteriormente. O valor do déficit, embora menor do que o registrado em 2020, ainda é considerado alto para os padrões internacionais e economias emergentes. Esse tipo de informação é levado em consideração por agências de classificação de risco de crédito dos países, indicador utilizado por investidores.

#### Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) chegou a R\$ 5 trilhões em 2021, valor que corresponde a 57,3% do PIB. Esse

resultado em 2021 reflete os impactos da desvalorização cambial acumulada no ano de 7,4%, do crescimento do PIB nominal (redução de 8,7 p.p), do superávit primário (redução de 0,7 p.p), parcialmente contrabalançados pelos juros nominais apropriados (aumento de 5,2 p.p), e pela variação da paridade da cesta de moedas que integram a Dívida Externa Líquida (aumento de 0,4 p.p).

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGC), que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu em 2021 o valor de R\$ 7 trilhões, valor que corresponde a 80,3% do PIB. No ano, a relação DBGG/PIB passou por redução de 8,3 p.p. A essa evolução se atribui à incorporação de juros nominais (aumento de 5,8 p.p), ao efeito da desvalorização cambial e do crescimento do PIB nominal, além dos resgates líquidos de dívida.

**As despesas com juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, assinalaram em 2021, R\$ 448,4 bilhões ante R\$ 312,4 bilhões registrados em**



### 3.3. Finanças Públicas Maranhenses

#### a. Receitas

##### Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 6º bimestre de 2020 e 2021 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Dez		6º Bimestre		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>21.561,44</b>	<b>24.770,17</b>	<b>4.057,04</b>	<b>5.024,98</b>	<b>3.208,72</b>	<b>967,94</b>	<b>14,88</b>	<b>23,86</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.745,09	11.877,69	1.867,59	2.352,05	2.132,60	484,46	21,88	25,94
ICMS	8.143,97	9.939,32	1.557,29	1.958,14	1.795,35	400,86	22,05	25,74
IPVA	463,30	516,72	38,26	50,94	53,43	12,68	11,53	33,14
ITCD	22,52	93,02	06,42	06,77	70,50	0,35	313,08	5,48
IRRF	801,26	937,05	211,01	260,33	135,79	49,32	16,95	23,37
Taxes	314,05	391,58	54,61	75,87	77,53	21,25	24,69	38,92
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	763,79	767,57	239,13	234,81	03,78	-4,31	0,49	-1,81
Receita de Serviços	03,88	02,04	3,14	0,24	1,84	-2,9	-47,39	-92,36
Receita Patrimonial	82,91	127,07	22,72	33,87	44,16	11,15	53,26	49,09
Transferências Correntes	10.689,38	11.752,86	1.855,59	2.341,88	1.063,49	486,29	9,95	26,21
CIDE	22,05	14,77	0,00	0,00	-7,28	0,00	-33,02	0,00
FPE	6.696,41	8.854,42	1.386,86	1.769,04	2.158,01	382,18	32,23	27,56
SUS	692,01	638,52	90,08	90,93	-53,49	0,85	-7,73	0,95
FUNDEB	719,66	1.011,94	144,40	213,54	292,28	69,14	40,61	47,88
Outras Transferências Correntes	2.520,44	1.021,42	231,55	204,64	-1499,02	-26,91	-59,47	-11,62
Outras Receitas Correntes	276,40	242,94	68,87	62,12	-33,46	-6,74	-12,11	-9,80
<b>Receitas Correntes - INTRA</b>	<b>832,77</b>	<b>929,22</b>	<b>250,12</b>	<b>193,12</b>	<b>96,45</b>	<b>-56,99</b>	<b>11,58</b>	<b>-22,79</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>296,94</b>	<b>220,07</b>	<b>-26,26</b>	<b>-10,28</b>	<b>-76,87</b>	<b>15,98</b>	<b>-25,89</b>	<b>-60,85</b>
Operações de Crédito	182,39	203,44	12,59	39,07	-21,05	26,48	11,54	210,28
BID/PROFISCO	22,56	30,04	12,59	-1,8	07,48	-14,39	33,15	-114,30
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	158,47	168,50	0,00	37,00	-26,97	37,00	6,33	0,00
Caixa Econômica Federal	01,37	04,90	0,00	03,87	3,53	03,87	258,36	0,00
Alienação de Bens	04,27	07,13	1,12	0,87	02,86	-0,25	67,07	-22,32
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	08,92	09,49	-55,46	-50,23	0,57	5,23	6,34	-9,43
Outras Receitas de Capital	101,36	0,01	15,48	0,00	-101,35	-15,48	-100,00	-100,00
<b>Receitas Intra Orçamentárias de Capital</b>	<b>172,00</b>	<b>105,45</b>	<b>172,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-66,55</b>	<b>-172</b>	<b>-38,69</b>	<b>-100,00</b>
<b>Deduções (-)</b>	<b>5.244,38</b>	<b>6.492,11</b>	<b>1.051,45</b>	<b>472,33</b>	<b>1.247,73</b>	<b>-579,12</b>	<b>23,79</b>	<b>-55,08</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16.317,06</b>	<b>18.278,05</b>	<b>3.005,59</b>	<b>4.552,66</b>	<b>1.960,99</b>	<b>1.547,07</b>	<b>12,02</b>	<b>51,47</b>

**Fonte:** SEPLAN/MA

No exercício de 2021 as Receitas Correntes estaduais registraram crescimento de R\$ 3,2 bilhões (+14,8%) em relação ao ano de 2020. O balanço total das receitas foi um aumento de +R\$ 1,9 bilhões (+12%) no período considerado.

#### i. Receitas de Transferências

As Transferências Correntes registraram, em 2021, aumento de R\$ 1 bilhão (+9,95%) em comparação com o ano anterior.

Esse aumento é resultante principalmente do crescimento na cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). A cota-parte do FPE, em comparação com o ano passado, registrou aumento no valor de R\$ 2,1 bilhões (+32,2%), a esse crescimento pode ser atribuída a melhora na arrecadação do IR e do IPI, uma vez que o montante que forma a FPE é formado por uma parte da arrecadação total destes dois tributos frente a fraca base de comparação de 2020 em virtude da pandemia (ver tópico Resultado Primário do Governo Central).

Com relação às transferências do FUNDEB, estas assinalaram crescimento de R\$ 292 milhões (+40,6%) em 2021 em relação a 2020, resultante do aumento da arrecadação estadual, que ocorre com a retomada da atividade econômica. No cômputo geral das transferências, é possível constatar que o crescimento desta origem de receita deve-se primordialmente à melhora na arrecadação, enquanto outros elementos das transferências, como Outras Transferências da União, apresentam redução devido ao fim do apoio federal aos estados e municípios em função da pandemia, a exemplo do Auxílio Financeiro instituído pela [LC n° 176/2020](#).

#### ii. Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes assinalaram, em 2021, um decréscimo da ordem de R\$ 33,4 milhões (-12,1%) em relação a 2020, essa queda pode ser atribuída principalmente à redução no número de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos e ao recolhimento de Outras Receitas Primárias, que abrigam diversos fundos especiais, como o Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária (FUNAT), Fundo da Cultura do Maranhão (FENDECMA), Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial do Estado (FEDAGRO), entre outros.

Em relação às Receitas de Capital, estas registraram queda de R\$ 76,87 milhões (-25,8%), influenciadas pelo decréscimo substancial nas Outras Receitas de Capital (-R\$ 101 milhões; -99,9%) advindo da grande redução nos depósitos judiciais.

**No exercício de 2021 as Receitas Correntes estaduais registraram crescimento de R\$ 3,2 bilhões (+14,8%) em relação ao ano de 2020. O balanço total das receitas foi um aumento de +R\$ 1,9 bilhões (+12%) no período considerado.**



### iii. Receitas Tributárias

Os seguintes grupos de atividade registraram os maiores pesos no recolhimento do Imposto sobre a Produção e Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) no exercício de 2021:

- **Combustíveis**, que realizaram em 2021 arrecadação de R\$ 2,9 bilhões (+R\$ 853 milhões; +41,2%), resultado do aumento da arrecadação na fabricação de produtos de refino do petróleo, e do comércio atacadista de combustíveis. Tais altas estão fortemente correlacionadas com os aumentos no câmbio (uma vez que desde 2016 a Petrobrás adota a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), no qual o preço dos combustíveis segue o valor do petróleo no mercado internacional – cobrado em dólares) e do IPCA, além do encarecimento dos custos de produção que também estão relacionados com estas variáveis. O preço se eleva não porque o preço da *commodity* em si é alto, mas porque o dólar está mais caro. Portanto, a combinação destes fatores apresenta potencial para pressionar o preço dos combustíveis e, consequentemente, fazer com que a dinâmica da arrecadação seja positiva.
- **Comércio Atacadista**, com destaque para o comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com arrecadação de R\$ 484,2 milhões (+R\$ 17,2 milhões; +7,47%). Tal aumento na arrecadação em 2021 teve forte participação da alta do nível de preços para o setor alimentício em especial o café e o açúcar. No caso do café, a produção foi fortemente prejudicada pelas geadas que ocorreram no ano, enquanto no caso do açúcar houve oferta menor e competição de matéria-prima com o etanol, o que contribuiu para o encarecimento do recurso.
- **Energia Elétrica**: Distribuição de Energia Elétrica, que registrou arrecadação de R\$ 158,42 milhões (+R\$ 28,47

milhões; +21,9%). Em agosto, a energia elétrica residencial ficou 5% mais cara pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15). A alta foi mais intensa do que a verificada no IPCA-15 de julho, quando havia ficado em 4,79% mais cara. Ressalta-se que este aumento decorre da crise hídrica que o Brasil está enfrentando. Com a escassez das chuvas, as usinas hidrelétricas ficam mais vazias, sendo necessário o acionamento das usinas termelétricas, que por sua vez possui uma produção de energia mais difícil e, portanto, mais cara. O [Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS](#), avalia que o déficit de precipitação acumulado nos últimos 10 anos em algumas bacias chega a alcançar um valor maior do que o total de chuva que ocorre em média em um ano, observando-se as piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões de 91 anos (1931-2021).

### Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 6º bimestre de 2020 e 2021

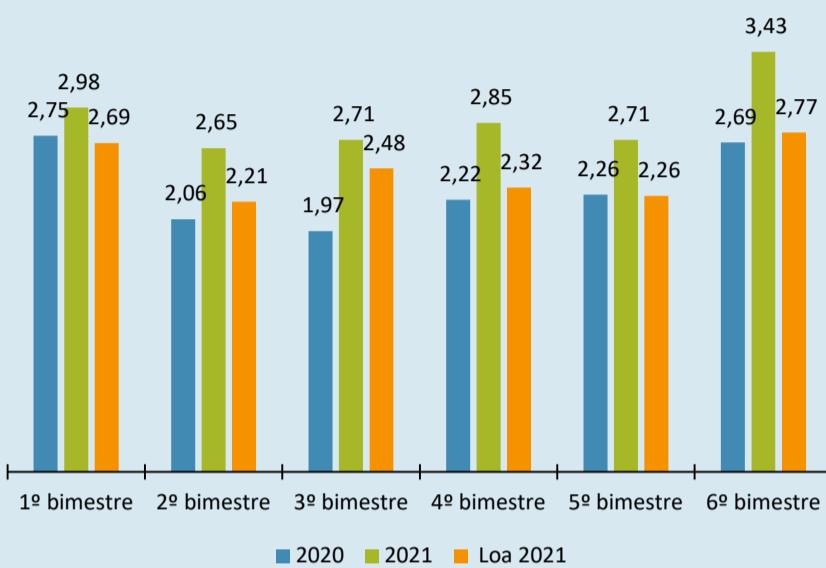
Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano de Jan-Dez		6º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d) - (c)	(b)/(a)	(d)/(c)
<b>Primário</b>	<b>53,97</b>	<b>136,41</b>	<b>09,42</b>	<b>17,15</b>	<b>82,44</b>	<b>07,73</b>	<b>152,75</b>	<b>82,11</b>
Agricultura	16,66	25,75	03,93	06,55	09,09	02,62	54,54	66,82
Pecuária	35,53	108,24	05,12	10,14	72,72	05,03	204,68	98,22
Pesca e Aquicultura	0,50	0,70	0,08	0,09	0,20	0,008	40,35	10,37
Produção Florestal	01,28	01,71	0,28	0,36	0,43	0,07	33,82	25,48
<b>Secundário</b>	<b>3.042,31</b>	<b>4.102,09</b>	<b>589,39</b>	<b>856,92</b>	<b>1.059,79</b>	<b>267,53</b>	<b>34,84</b>	<b>45,39</b>
Combustível	1.651,67	2.483,53	288,84	539,73	831,87	250,89	50,37	86,86
Energia Elétrica	29,93	70,79	05,34	18,58	40,86	13,24	136,53	248,18
Indústria de Transformação	1.329,64	1.511,64	290,81	288,72	181,99	-02,08	13,69	-0,72
Indústria Extrativista	26,77	24,55	03,22	06,93	-02,22	03,70	-8,30	114,92
Indústria - Outras	04,29	11,58	01,18	02,96	07,29	01,78	169,68	150,82
<b>Terciário</b>	<b>4.881,15</b>	<b>5.575,16</b>	<b>915,69</b>	<b>1.051,66</b>	<b>694,01</b>	<b>135,98</b>	<b>14,22</b>	<b>14,85</b>
Combustível	417,57	439,04	58,46	97,59	21,47	39,13	5,14	66,93
Comércio Atacadista	1.466,45	1.783,49	294,37	311,55	317,04	17,17	21,62	5,83
Comércio Varejista	1.242,78	1.467,87	255,74	289,13	225,09	33,39	18,11	13,06
Energia Elétrica	867,50	1.031,15	171,09	213,05	163,65	41,96	18,86	24,53
Outros Serviços	111,79	131,43	23,72	24,90	19,64	01,18	17,56	4,99
Serviços de Comunicação	413,04	456,33	75,34	62,40	43,29	-12,93	10,48	-17,17
Serviços de Transporte	362,00	265,85	36,96	53,04	-96,15	16,08	-26,56	43,50
<b>Total</b>	<b>7.977,42</b>	<b>9.813,66</b>	<b>1.514,49</b>	<b>1.925,73</b>	<b>1.836,24</b>	<b>411,24</b>	<b>23,02</b>	<b>27,15</b>

Fonte: BI-SEFAZ/MA.



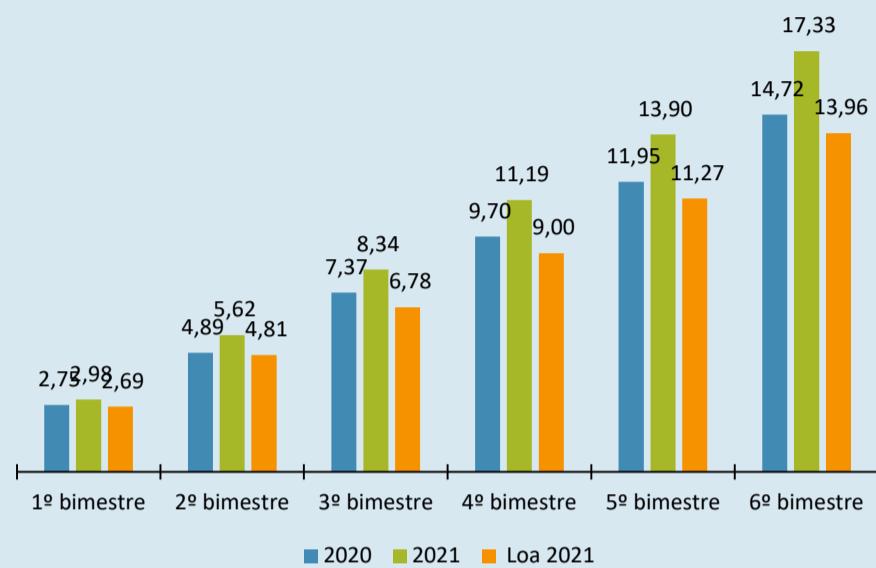
#### iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2021

Comparativo entre Acumulados Realizado 2020, LOA 2021 e realizado 2021 por bimestre até o 6º bi em R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN/MA

Comparativo entre Acumulados Realizado 2020, LOA 2021 e realizado 2021 até o bimestre de referência R\$ bilhões



Fonte: SEPLAN-MA

No 6º bimestre de 2021 as principais receitas estaduais continuaram em tendência de crescimento registrado ao longo do ano, totalizando R\$ 3,4 bilhões somente no acumulado dos dois últimos meses e R\$ 17,3 bilhões no acumulado do ano.

Em comparação com a Lei Orçamentária de 2021, as receitas do 6º bimestre registraram excesso de arrecadação da ordem de R\$ 659, milhões (+23,8%) e R\$ 3,4 bilhões (+24,1%) no acumulado do ano.

Nesse comparativo é pertinente ressaltar que a Lei Orçamentária Anual de 2021 foi elaborada com dados até junho de 2020 – período em que as receitas do Estado do Maranhão haviam sido frustradas pela pandemia – embora reiteradas pelas transferências e auxílios federais – nesse momento, as perspectivas econômicas de arrecadação traçavam um panorama de arrefecimento econômico global e queda dos preços do petróleo.

Diante desse panorama, as estimativas estavam mais conservadoras e pessimistas quanto à recuperação da arrecadação federal e estadual. Contudo, a partir de julho, a dinâmica econômica mundial se metamorfoseou rapidamente, os preços do petróleo e das *commodities* subiram, bem como a taxa de câmbio continuou ascendente o que elevou a arrecadação brasileira em todas as esferas.

Esse processo de elevação cambial e dos preços internacionais se manteve durante todo o ano de 2021, atenuando-se apenas em dezembro. Dessa forma, a arrecadação foi extremamente beneficiada gerando contínuos excessos de arrecadação em comparação com a LOA 2021.

Nesse diapasão, observa-se que os principais vetores de crescimento da receita foram aqueles que estão mais correlatas às

variáveis retromencionadas: o ICMS, através da tributação de importações – principalmente combustíveis e lubrificantes; e o FPE, que possui na sua composição percentual da arrecadação nacional do IPI. Ambos os fatores também foram “beneficiados” pela alta da inflação nacional, uma vez que a elevação geral dos preços implica no aumento de parte da base de tributação.

O ICMS em 2021 em relação a LOA 2021 valorou R\$ 703,5 milhões e o FPE cresceu em R\$ 1,4 bilhão, ambos respondendo pela maior parte do crescimento das receitas – somando R\$ 2,1 bilhões. Contudo não foram os únicos que contribuíram ao longo de 2021 no crescimento das receitas, foram destaque também as receitas do Sistema Único de Saúde (SUS) com alta de +R\$ 203,9 milhões – resultantes de recursos para combater a pandemia da COVID-19; do FUNDEB (+ R\$ 204,1 milhões); das Taxas (+R\$ 48,8 milhões); do ITCD (+ R\$ 58,1 milhões); do IPVA (+ R\$ 8,2 milhões); e do IR (+ R\$ 8,8 milhões).

Das principais receitas, somente a Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) registrou queda no comparativo com a LOA 2021, frustrando em R\$ 7 milhões - este devido a redução das alíquotas incidentes sobre combustíveis e gás de cozinha através do [Decreto nº 10.638/2021](#) e da [Medida Provisória nº 1.034/2021](#).

Nesse bojo é importante reiterar que o crescimento das receitas foi acompanhado de igual crescimento das despesas públicas, uma vez que, foi estratégia do Governo Estadual atenuar os impactos da pandemia através de crescimento dos investimentos públicos, visando realizar despesas de caráter anticíclico para aumentar o número de empregos e a dinâmica do mercado interno.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2021 realizado x Orçado na LOA 2021 – Principais Receitas<sup>1</sup>

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Ano
ICMS	224.331.780,85	116.894.878,78	15.356.440,89	107.154.564,05	81.531.539,95	158.227.582,72	703.496.787,25
IR	21.712.011,49	- 46.126.308,96	- 2.832.679,23	- 25.478.182,66	6.111.988,33	55.434.079,25	8.820.908,24
ITCD	1.925.507,45	1.474.072,85	47.210.619,11	2.910.594,75	2.707.842,49	1.862.917,78	58.091.554,43
IPVA	- 10.910.528,84	- 18.815.085,58	1.533.080,18	16.377.938,38	8.743.174,72	11.303.408,38	8.231.987,24
CIDE	- 2.845.978,90	- 3.007.537,74	- 35.697,78	- 2.034.564,52	872.196,31	-	- 7.051.582,64
Taxas	- 15.216.859,83	- 6.858.714,11	12.524.148,89	16.978.304,39	14.096.634,49	27.261.584,25	48.785.098,07
FPE	200.043.766,90	153.897.235,88	268.465.386,20	165.217.264,90	264.841.026,97	326.167.774,18	1.378.632.455,03
FUNDEB	- 160.161.459,03	200.005.926,05	- 148.012.022,54	206.869.645,34	27.029.765,45	78.376.739,19	204.108.594,46
SUS	32.528.133,14	40.169.466,02	39.104.842,36	41.087.768,16	50.179.083,34	926.178,43	203.995.471,45
<b>Total</b>	<b>291.406.373,23</b>	<b>437.633.933,19</b>	<b>233.314.118,07</b>	<b>529.083.332,79</b>	<b>456.113.252,06</b>	<b>659.560.264,19</b>	<b>2.607.111.273,53</b>

Fonte: SEPLAN/MA <sup>1</sup>somam historicamente mais de 95% das receitas totais do Estado do Maranhão.



## b. Despesas

### Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 6º bimestre de 2020 e 2021 e acumulado de Janeiro a Dezembro – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acumulado do ano Jan-Dez		6º bim		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>15.918,24</b>	<b>17.445,89</b>	<b>3.331,19</b>	<b>3.214,16</b>	<b>1.527,65</b>	<b>-117,03</b>	<b>9,60</b>	<b>-3,51</b>
Pessoal, e Encargos Sociais	10.108,26	10.292,51	2.159,02	2.092,03	184,25	-66,99	1,82	-3,10
Outras Despesas Correntes	5.673,73	6.832,40	1.171,82	1.090,06	1.158,67	-81,76	20,42	-6,98
Juros e Encargos da Dívida	136,24	320,98	0,35	32,07	184,74	31,72	135,60	9.062,86
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.026,16</b>	<b>3.729,33</b>	<b>501,64</b>	<b>709,07</b>	<b>1.703,17</b>	<b>207,43</b>	<b>84,06</b>	<b>41,35</b>
Investimentos	1.283,31	2.658,17	161,81	603,50	1.374,86	441,69	107,13	272,97
Inversões Financeiras	459,19	218,73	335,27	36,13	-240,46	-299,14	-52,37	-89,22
Amortização da Dívida	283,67	852,44	4,56	69,44	568,77	64,88	200,50	1.422,81
<b>Total Geral</b>	<b>17.944,40</b>	<b>21.175,22</b>	<b>3.832,83</b>	<b>3.923,23</b>	<b>3.230,82</b>	<b>90,40</b>	<b>18,00</b>	<b>2,36</b>

Fonte: SEPLAN-MA

No acumulado do ano até dezembro de 2021, as despesas totais registraram crescimento quando comparadas com 2020, resultado da contínua ampliação nos gastos em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19.

No 6º bimestre de 2021, as despesas do grupo Outras Despesas Correntes assinalaram uma variação negativa, em R\$ 81,76 milhões (-7%) em comparação ao mesmo bimestre do ano anterior, repercutindo no declínio das Despesas Correntes. Dentro deste grupo, observa-se uma expressiva queda nas despesas com sentenças judiciais, que caiu em cerca de R\$ 110 milhões (-83,3%).

Na análise do custeio por órgão, considerando o acumulado do ano, a área da Saúde foi a que representou o maior ponto de pressão das Despesas Correntes. Dentro desta rubrica o acréscimo de despesa foi de mais de R\$ 418,5 milhões (+15,9%), distribuídos entre os elementos Serviços Médicos Hospitalares Odontológicos e Laboratoriais (+R\$ 418,4 milhões; +18,8%); Serviços de Energia Elétrica (+R\$ 8,5 milhões; +26,2%); Locação Automóveis, Bens Móveis de Outras Naturezas e Intangíveis (+R\$ 10,4 milhões; +234,8%); Serviços de Máquinas e Equipamentos (+R\$ 3,9 milhões; +49,8%), dentre outras despesas da área.

Desde o começo da pandemia da Covid-19 em 2020, o Governo do Maranhão segue investindo em ações de combate ao vírus e ampliação de assistência aos pacientes, e mesmo com a queda no número de casos da doença, os investimentos na saúde se mantêm elevados, reforçando o compromisso da atual gestão em sempre procurar formas de melhorar a eficiência dos serviços nesta área.

Ainda dentro do grupo das Despesas Correntes, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) aparece como o segundo órgão de maior dispêndio de recursos neste grupo de despesa no acumulado do ano. Um crescimento em torno de R\$ 188,2 milhões (+51,19%) distribuídos em Auxílios Financeiros a Pessoa Física (+R\$ 17,1 milhões; +66,52%); Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (+R\$ 105 milhões; +135,8%); entre outras despesas da área. Os investimentos denotam a preocupação das autoridades políticas em atuar para que a infraestrutura escolar seja devidamente preservada, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e crescimento dos estudantes.

Assim como o custeio, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais também registraram tendência de queda no comparativo entre o 6º bimestre dos dois últimos exercícios: decréscimo de R\$ 67 milhões (-3,1%). O resultado é decorrente principalmente de despesas relacionadas à aposentadoria, tais como salários e proventos de pessoal civil. Assim como verificado no relatório bimestral anterior, a Unidade Orçamentária de maior variação negativa em termos absolutos é o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – FEPA, que no 6º bimestre de 2021 registrou queda de aproximadamente, R\$ 271 milhões (-37%).

No acumulado até o 6º bimestre, observamos um crescimento de R\$ 184,7 milhões (+135,6%) dos Juros e Encargos

da Dívida, em comparação ao mesmo período de 2021, e de R\$ 568,77 milhões (+200,5%) com a Amortização da Dívida. Esse crescimento acentuado do serviço da dívida no exercício está relacionado não apenas à alta do dólar, mas ao fato de que em 2021 retornaram os pagamentos suspensos em 2020 por conta da LC nº 173/2020.

Referente ao grupo de Inversões Financeiras observou-se queda de R\$ 299,14 milhões (-3,1%). O resultado foi influenciado principalmente no elemento Indenizações e Restituições relacionadas à Desapropriação de Imóveis (-R\$ 274 milhões; -100%) e na rubrica Constituição ou Aumento de Capital de Empresas (-R\$ 14 milhões; -30,6%). Este último, refere-se à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas quando a operação não importe aumento de capital.

O grupo dos Investimentos, registrou crescimento de R\$ 441,7 milhões (+273%) no 6º bimestre de 2021, ante o mesmo período de 2020. Assim como verificado ao longo do ano, a elevação dos dispêndios fomentado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA) e pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento (SECID), tem proporcionado tanto para a capital quanto para os interiores do Maranhão, a superação de deficiências que ao longo de 2020 configuraram-se em um entrave para a produtividade e o desenvolvimento econômico em todo o país, por conta da crise pandêmica.

A elevação dos gastos com investimentos esteve presente nas mais diversas atividades e em diferentes municípios maranhenses, a exemplo de Obras Públicas para Uso Comum do Povo, que empreendeu um crescimento de R\$ 131 milhões (+2.214,9%). Dentro desta rubrica estão os trabalhos relacionados à construção de escolas, conservação e manutenção de hospitais, implantação de praças, pavimentação de estradas e avenidas, reformas de prédios e logradouros públicos, entre outras obras espalhadas entre capital e interiores do Maranhão.

No acumulado de 2021, observou-se o crescimento nos elementos Obras de Infraestrutura (+R\$ 475 milhões; +140%); Obras Públicas para Uso Comum do Povo (+R\$ 385 milhões; +827,4%); Pavimentação de Vias (+R\$ 161 milhões; +57,1%); Construção de Escolas (+R\$ 58 milhões; +112,5%); Edificações Públicas (+R\$ 35 milhões; +50%); Construção de Pontes ou Instalação de Pontão (+R\$ 34 milhões; +129,4%); Reforma e Ampliação de Imóveis (+R\$ 24,5 milhões; +67%); Outras Obras e Instalações (+R\$ 8,7 milhões; +44,1%) e Instalações (+R\$ 4,3 milhões; +44,6%).

O Governo do Maranhão vem executando trabalhos constantes nos últimos anos e ao longo de 2021 não foi diferente, mesmo com o advento da crise da Covid-19. As intervenções citadas anteriormente têm por objetivo induzir desenvolvimento regional especialmente em localidades menos desenvolvidas, movimentando as economias, gerando empregos, garantindo



mobilidade, acessibilidade, valorização de imóveis e ao mesmo tempo combatendo a crise nacional com ações práticas, configurando-se em um somatório que traz benefícios à população.

A SINFRA está entre as secretarias que tiveram os maiores dispêndios de recursos no 6º bimestre de 2021, ante o mesmo período de 2020, elevando os gastos em cerca de R\$ 200 milhões (+312,1%). Os investimentos impactam diretamente o dia a dia de diversos trabalhadores, com o objetivo de levar mais qualidade de vida à população através da implementação, avaliação e controle de políticas públicas e projetos de infraestrutura, intencionando o melhoramento da integração local, comercial e turística das regiões maranhenses.

Considerando o acumulado até dezembro de 2021, observamos a SECID com uma variação bem crescente das suas despesas, uma diferença que chegou a mais R\$ 380,5 milhões (+306,8%) no período considerado, comparado ao ano anterior. Os investimentos desta secretaria dizem respeito a projetos e construção de unidades habitacionais (urbana e rural), reforma de casarões, urbanização de praças e saneamento básico.

Analisando o panorama geral, no total das despesas empenhadas, acumulado do ano até o 6º bimestre de 2021, temos uma evolução de +R\$ 3.230,82 bilhões (+18%). O que denota a direção tomada pela atual gestão de não apenas lidar com a crise pandêmica nos dois últimos anos, mas mitigar as suas consequências negativas, os quais tiveram seus efeitos iniciados há mais de um ano, por meio de investimento e custeio de obras de infraestrutura e da saúde, visando a retomada econômica dos diversos setores da economia.

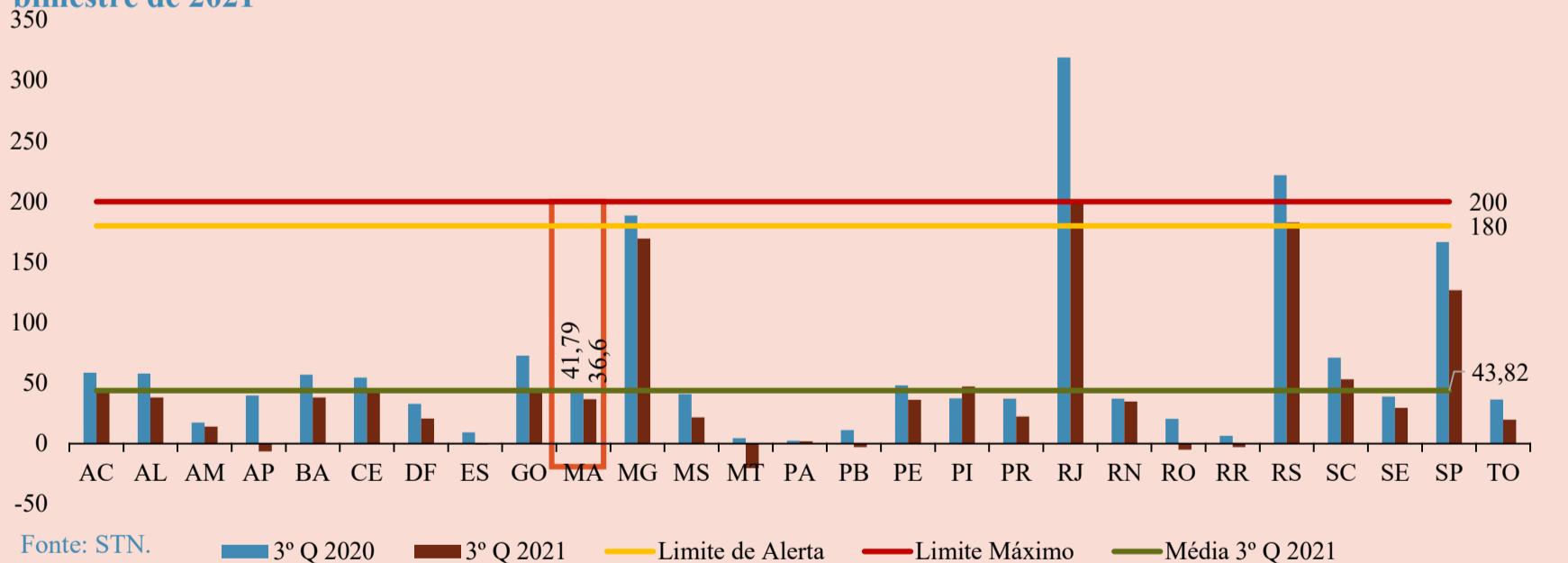
Além do destaque para as despesas com infraestrutura e desenvolvimento das cidades, 2021 também foi marcado por grandes investimentos realizados na área da Educação. Com a pandemia, a comunidade escolar foi fortemente impactada, obrigando educadores e alunos a se adaptarem a uma nova realidade. Mesmo em um cenário completamente novo e inesperado, as despesas com Educação foram mantidas em alta. Tal prioridade pode ser demonstrada nos números referentes aos investimentos da (SEDUC), que no acumulado até dezembro de 2021, foram elevados em mais de R\$ 142 milhões (+5,7%).

As despesas da SEDUC são referentes à aquisição de livros; equipamentos permanentes; materiais educativos e esportivos; construção de escolas em povoados; auxílio financeiro a estudantes; manutenção e conservação das unidades administrativas, além de despesas com pessoal.

Reitera-se, conforme relatado no RTF do 5º bimestre, a relação entre o Serviço da Dívida (Amortização da Dívida + Juros) e Receita Corrente Líquida (RCL) como essencial para a Gestão eficiente e contínua da Dívida Pública, pois é por meio desta relação que a [RSF nº 43/2001](#) estabelece que o comprometimento anual com amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada – inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar – não poderá exceder a 16% (dezesseis por cento) da RCL. Em caso de não-observância desse teto, o ente poderá ficar impedido de realizar operações de crédito e até mesmo de receber transferências voluntárias da União, por força da [LRF](#).

Até o 6º bimestre de 2021, a relação Serviço da Dívida sobre a RCL do Estado chegou a 6,42%. Os números mostram que dentro do período considerado, o Maranhão está entre os estados que não atingiram o Limite Máximo, evidenciando o cumprimento do limite de comprometimento do Serviço da Dívida dos entes subnacionais, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Diferentemente de Minas Gerais, que até o período considerado, o balanço aponta que o Serviço da Dívida correspondeu a 13% da RCL, colocando o estado na primeira posição no descumprimento do limite estabelecido na RSF. Em relação ao Maranhão, essa folga no limite de comprometimento estabelecido na Resolução, é o que possibilita ao Estado a aprovação de novas operações de crédito junto à bancos nacionais e estrangeiros voltadas para as áreas de transporte, infraestrutura e modernização da gestão pública, cujos investimentos já foram citados neste tópico do Relatório.

### Participação do Serviço da Dívida sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados (%) – até o 6º bimestre de 2021

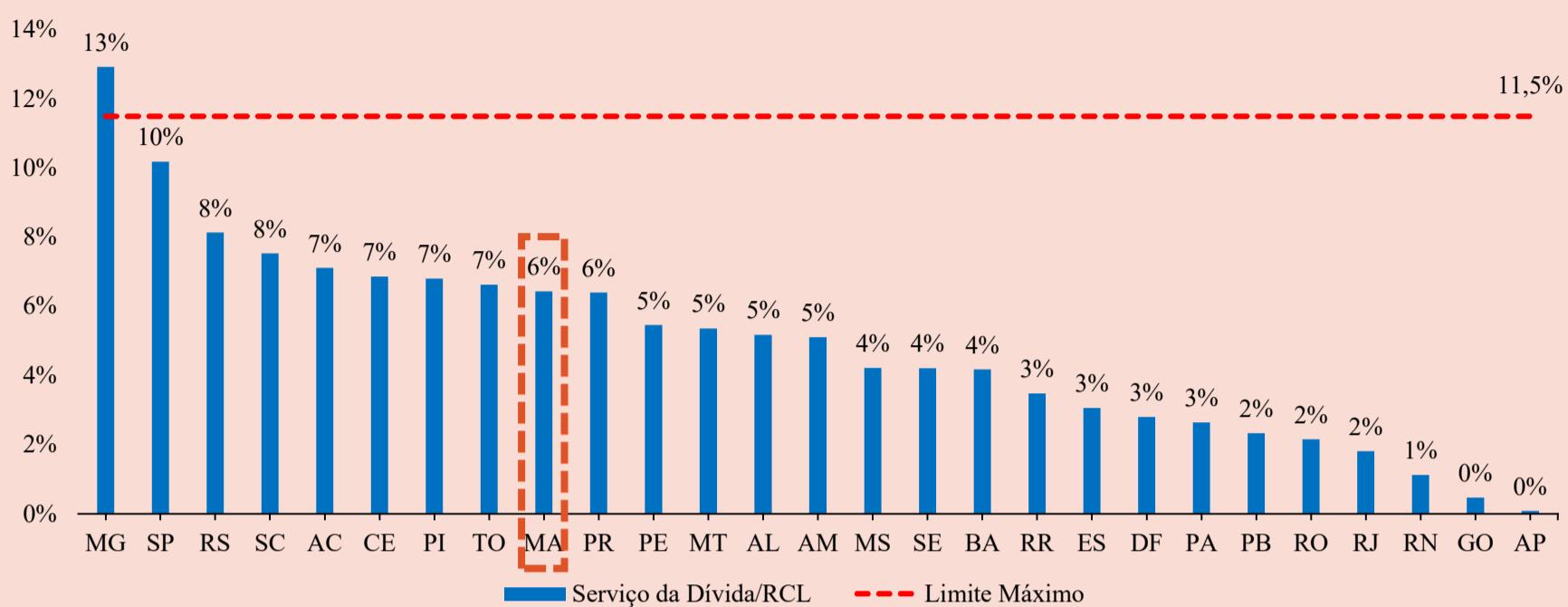


A análise da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL) é fundamental para a Gestão da Dívida Pública pois é por meio desta relação que a LRF estabelece os limites de endividamento, e estes são o Limite de Alerta (180% da RCL) e o Limite Máximo (200% da RCL). No 3º quadrimestre, a DCL do Estado chegou a 36,6% da RCL, representando uma diminuição de 5,19 p.p do valor referente ao mesmo período do ano passado. Comparando os anos de 2020 e 2021, houve um leve aumento da dívida, porém, compensada pelo incremento das receitas, em ritmo maior, resultando em uma queda na relação DCL/RCL.

Comparando com os demais entes da federação, tem-se uma visão mais clara do bom indicador que o Estado tem alcançado com sua política fiscal. Longe do limite imposto pela LRF, o Maranhão tem buscado prezar pelo equilíbrio das contas públicas, o que, além de ter o viés legal imposto por Lei, é primordial para a continuidade dos investimentos nos diversos setores econômicos. É importante destacar que estes perfis de comprometimento da receita interferem na análise de pagamento dos estados. Em casos de não-adequação o ente fica inibido de realizar novas contratações com Operações de Crédito, prejudicando seu raio de ação nos investimentos financeiros.



### Participação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados (%) – 3º quadrimestre de 2021



Fonte: STN.

No que tange a Despesa Total com Pessoal (DTP), a LRF estabelece os seguintes limites: Limite Prudencial que se encontra entre o Limite de Alerta e o Limite Máximo. Isso ocorre pois, já a partir do Limite Prudencial, a não observância dos limites enseja proibições ao gestor cuja desobediência pode acarretar sanções penais ao mesmo.

A DTP é dividida em esferas do poder público, cada qual com seus limites próprios. São elas: o Executivo (Limite de Alerta, 44,10% da RCL; Limite Prudencial: 46,55% da RCL; Limite Máximo: 49% da RCL), Legislativo (Limite de Alerta, 2,70% da RCL; Limite Prudencial, 2,85% da RCL; Limite Máximo, 3% da RCL), Judiciário (Limite de Alerta, 5,4% da RCL; Limite Prudencial, 5,7% da RCL; Limite Máximo, 6% da RCL), Ministério Público (Limite de Alerta, 1,8% da RCL; Limite Prudencial, 1,9% da RCL; Limite Máximo, 2% da RCL) e Defensoria Pública. A soma geral define os limites para o Consolidado, que são 54%, 57% e 60%.

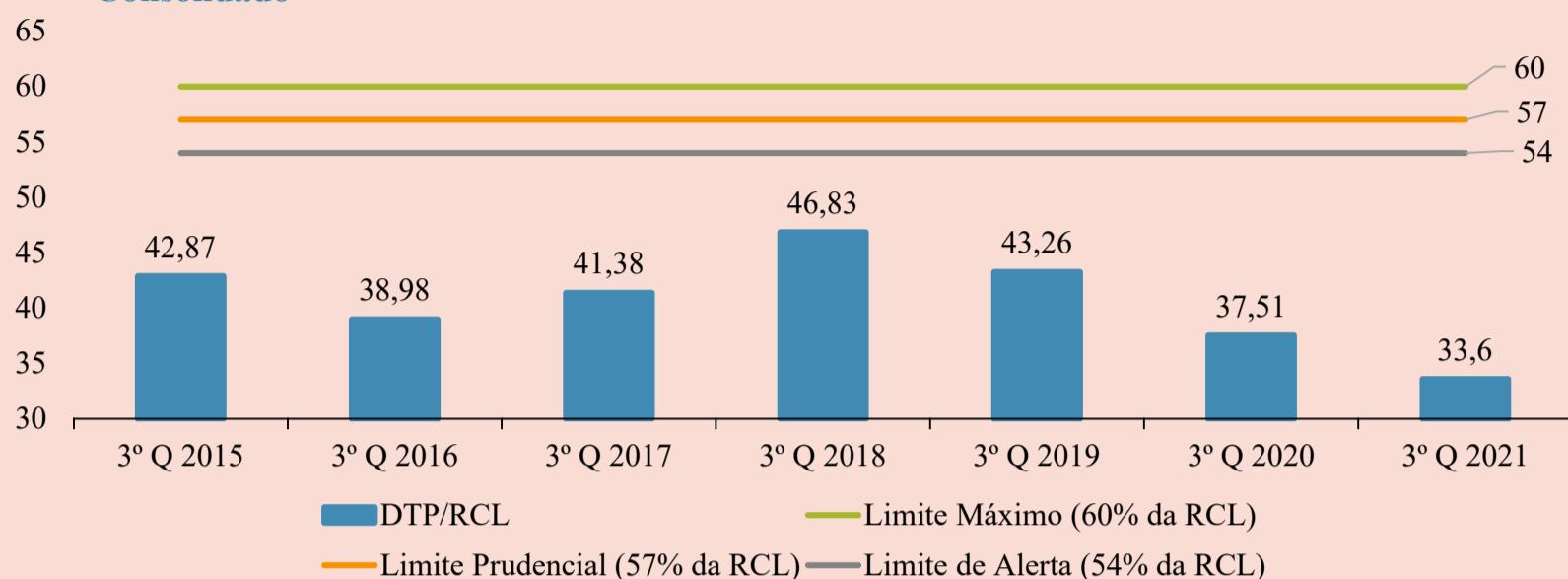
O primeiro gráfico do quadro acima ilustra a evolução da DTP do Consolidado em relação à RCL do Estado considerando o 3º Quadrimestre de 2015 a 2021. Observa-se que entre os dois últimos quadrimestres, a despesa consolidada passa por um decréscimo de 3,91 p.p.

Nos grupos de Despesa com Pessoal que se encontram dentro do Consolidado e representado pelo segundo gráfico do quadro acima, a relação DTP/RCL do Ministério Público atingiu 2,19% ultrapassando seu limite máximo de 2%. Já o Legislativo alcançou o exato valor do seu limite máximo (3%). O Judiciário manteve-se abaixo do Limite máximo de 6%, registrando 5,35% da RCL, o mesmo para o Executivo que registrou 33,6% em um limite de 6%. Na tabela comparativa de Despesa com Pessoal das Unidades Federativas abaixo é possível ver que o Estado do Maranhão detém a 1º menor Despesa com Pessoal do Executivo sobre a Receita Corrente Líquida.

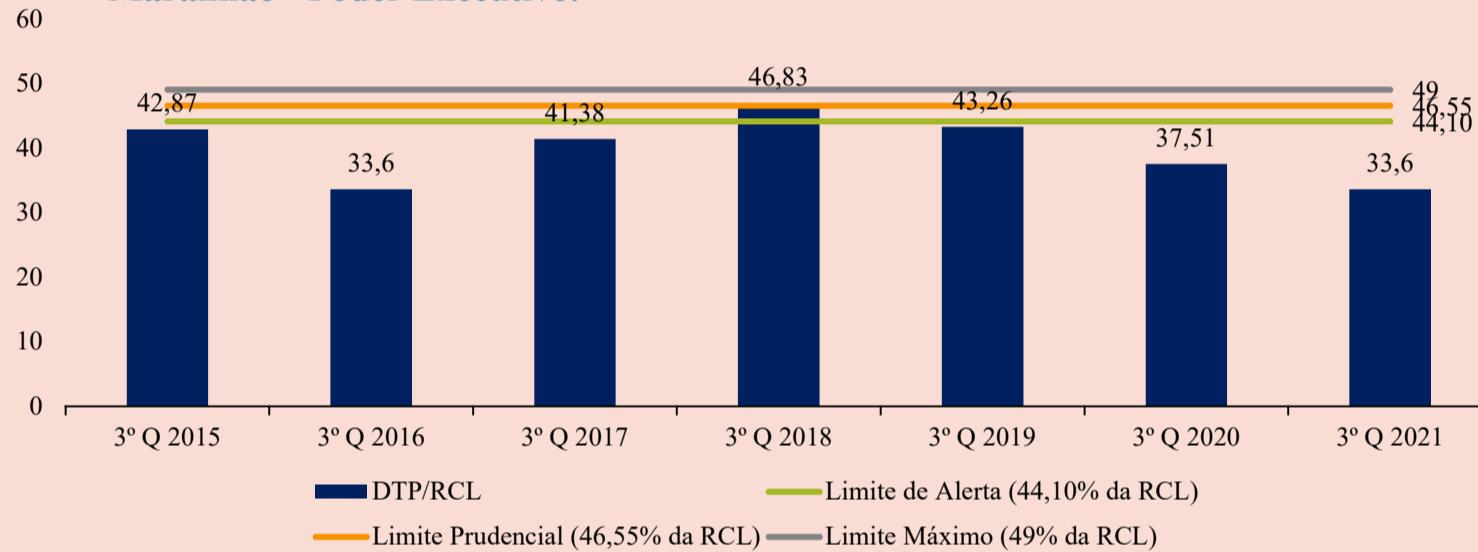
No gráfico abaixo, analisando apenas a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo, destaca-se que o Maranhão não atingiu o Limite de Alerta nem no 3º Quadrimestre de 2020 e nem no de 2021. Observa-se que no Poder Executivo ocorre uma situação similar ao Consolidado, pois o valor da relação DTP/RCL entre o 3º quadrimestre de 2020 e 2021, passa por um decréscimo de 3,91 p.p. A redução observada pode ser atribuída à vigência da LC nº 173/2020 que limitou, entre outras coisas, o crescimento das Despesas com Pessoal dos Entes Federados até 31 de dezembro de 2021.



**Relação da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Maranhão - Consolidado**

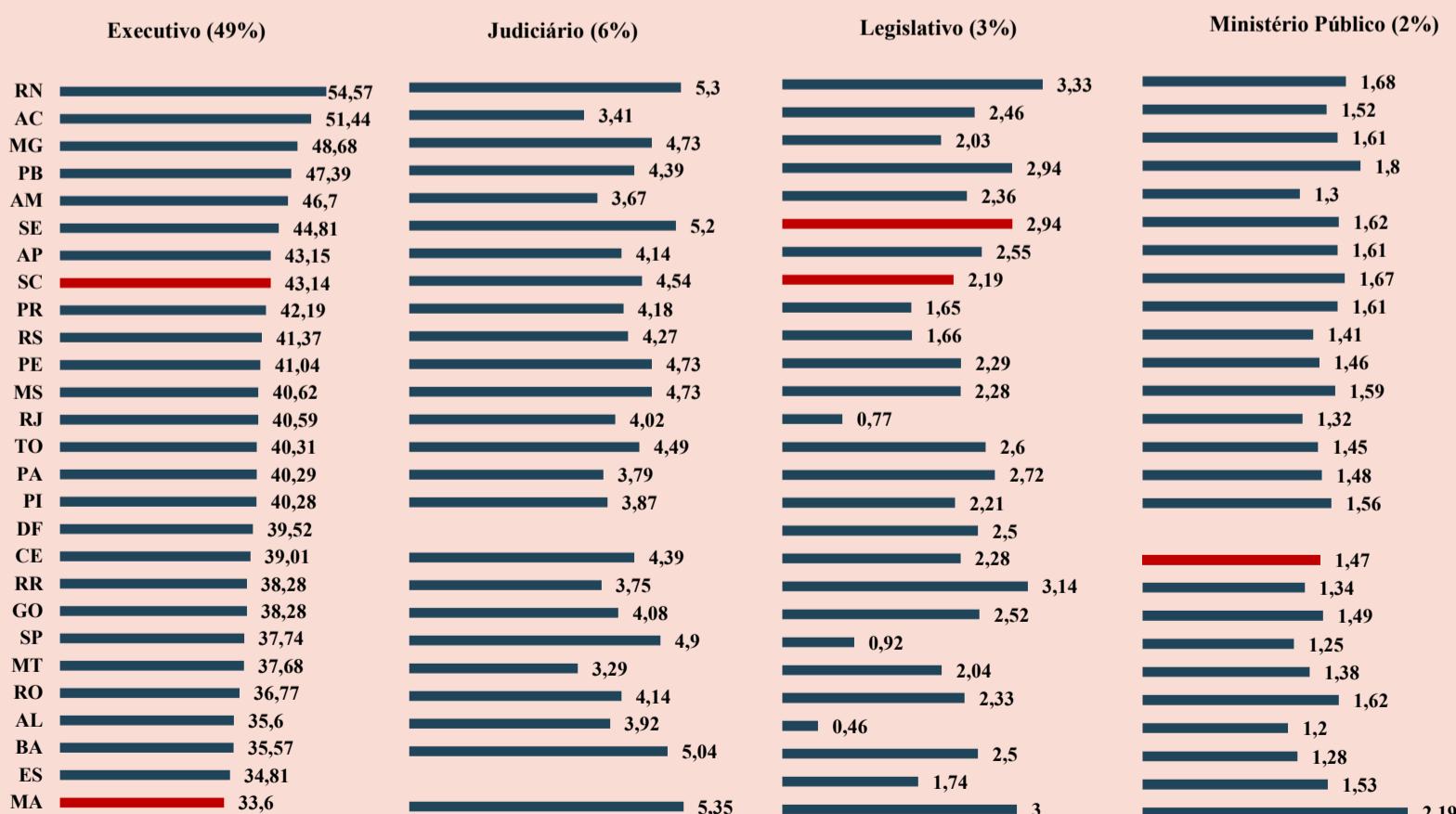


**Relação da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Maranhão - Poder Executivo.**



Fonte: STN.

**Despesa com Pessoal das Unidades Federativas – 3º Quadrimestre 2021**



Fonte: STN.



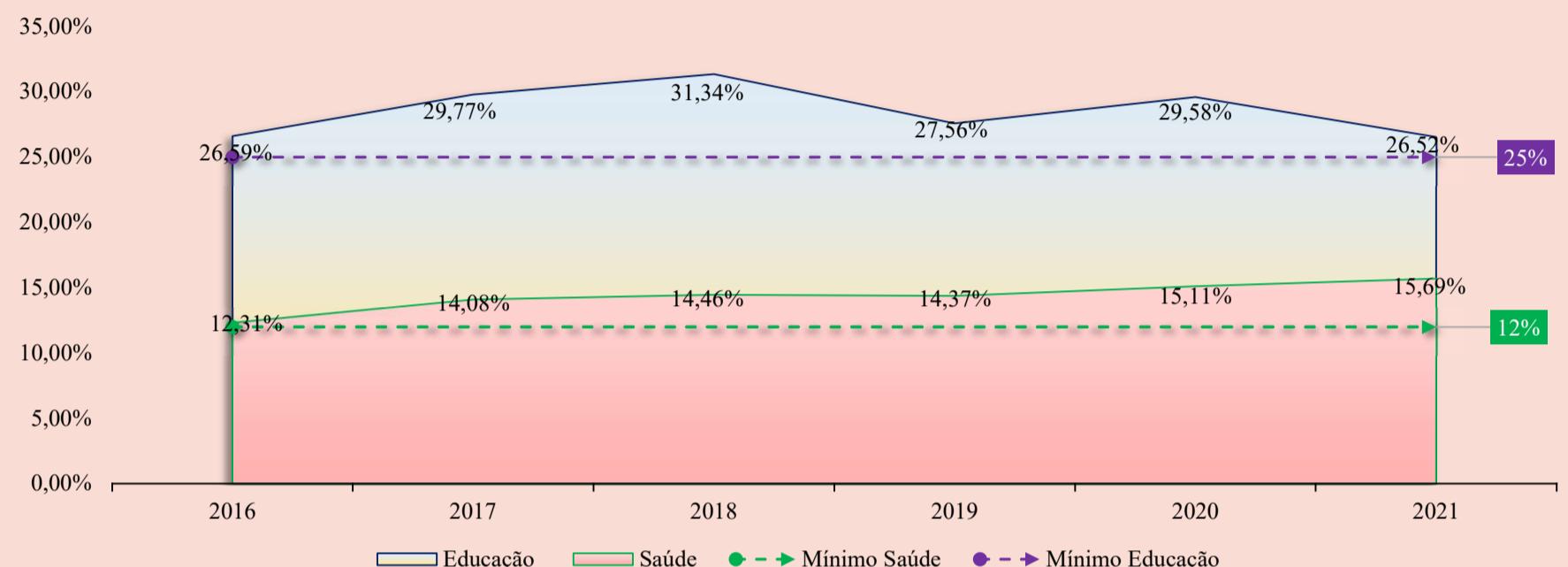
GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Segundo o art. 212º da Constituição Federal de 1988, os Estados e Municípios deverão aplicar pelo menos 25% da Receita Líquida de Impostos (RLI) na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para a Saúde, o mínimo deve ser equivalente a 12% da RLI, conforme o art. 77º, inciso II da carta magna.

Nesse aspecto, o gráfico a seguir demonstra os mínimos constitucionais referentes a Educação e Saúde do Maranhão de 2015 a 2021. Observa-se que o montante de recursos aplicado pelo

Estado foi superior ao estabelecido pela legislação: em 2021, foram destinados cerca de 26,52% da RLI (R\$ 4,7 bilhões) para despesas com Educação, ultrapassando em aproximadamente R\$ 258 milhões o mínimo para atingimento do limite obrigatório. Segundo a mesma lógica da Educação, em 2021 os dispêndios com Saúde registraram 15,69% da RLI (R\$ 2,8 bilhões), demonstrando valores superiores ao mínimo constitucional, o equivalente a R\$ 657 milhões ou 3,67 p.p. acima do obrigatório.

### Despesas Empenhadas da Educação e Saúde em relação a RLI – 2015 a 2021, em %



Fonte: SEPLAN-MA



## TÓPICOS EXTRAS

### Gestão de recursos e planejamento estratégico como política pública

O Programa Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento é uma política pública, coordenada pela Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento, que tem como objetivo, dentre outros aspectos, fortalecer os processos de planejamento, gestão orçamentária e fiscal, com enfoque na governança para resultados e eficiência dos recursos públicos. Dentre as suas ações, apresenta-se, como boa prática, o processo de gestão orçamentária, o qual é constituído por uma sólida base, institucionalizada, composta por um conjunto de atores, normas e rotinas, que possuem longo histórico de aplicabilidade e resultados positivos que possibilitam estímulos à gestão pública estadual, tendo como norte o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e social.

Em seu arcabouço, conta-se com os efeitos de controles estabelecidos no âmbito dos principais instrumentos de planejamento e orçamento; Instruções Normativas; Decretos de Execução Orçamentária, para contenção de gastos específicos; bem como um colegiado, responsável por otimizar despesas correntes, intitulado Comitê Gestor; além de guias, manuais, cartilhas e rotinas de orientação e capacitação voltados às equipes técnicas e reuniões mensais com os gestores setoriais.

A iniciativa surge da baixa aderência entre o planejamento e a execução do orçamento; resultados fiscais desfavoráveis; baixa padronização dos atributos qualitativos e quantitativos das despesas, além da baixa percepção por parte dos gestores setoriais quanto às metas e prioridades da administração pública. As normas orçamentárias estaduais sempre se fizeram presentes, entretanto, ao longo dos últimos anos, houve um esforço de redesenho das regras, aumentando a rigorosidade para contratação de novas despesas, além de esforço conjunto para cumprimento de dispêndios prioritários.

A boa prática, que vem sendo aprimorada anualmente, visa buscar melhor eficiência dos recursos executados, tendo como órgão coordenador a SEPLAN, o qual busca sempre observar, de forma holística, a execução dos recursos públicos, primando pelo cumprimento das metas fiscais, entrega das políticas públicas e melhoria da qualidade de vida da população maranhense.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se: i) priorizar a execução do Plano Estratégico de Governo, que congrega as ações prioritárias do PPA 2020-2023; ii) desenvolver e aprimorar, de forma sistemática, os dispositivos que estabelecem as boas práticas da execução, observando sempre a legislação vigente, reduzindo, assim, o quantitativo de erros observados na execução orçamentária dos órgãos; iii) perseguir o cumprimento das metas estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e o equilíbrio estabelecido nas Leis Orçamentárias Anuais, tendo em vista o bom uso do recurso público, com priorização dos gastos, minimizando as reprogramações, com o objetivo de manter a continuidade das políticas públicas previamente programadas e iniciadas; iv) difundir e nivelar o conhecimento acerca da matéria orçamentária entre os órgãos e seus servidores que lidam com questões dessa natureza, com a finalidade de tornar a execução mais padronizada; v) guiar os órgãos quanto à necessidade da observância ao dispêndio, priorizando sempre a qualidade do gasto público; vi) subsidiar a definição dos tetos orçamentários e a revisão do PPA; vii) trazer, para o seio das decisões governamentais, a utilização de evidências com enfoque na sustentabilidade governamental e no equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e social.

Dentre os principais resultados obtidos, destacam-se: i) Resultado Primário positivo nos últimos três anos sendo ambos aproximadamente R\$ 680 milhões, atrelado ao aumento da receita corrente, na média de R\$ 1,6 bilhão a.a., com destaque na arrecadação tributária que evoluiu na média de 12% a.a. ou R\$ 952 milhões, elevando a autonomia fiscal, e na magnitude suficiente para reequilibrar as finanças, permitindo, dessa forma, a sustentabilidade das principais políticas públicas de atuação do estado; ii) manutenção de elevado nível de investimento em

proporção da receita corrente líquida (entre os 5 maiores do país); iii) controle da despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida (57,5%, em 2018; 52,4%, em 2019; 46,8% em 2020; e 48% em 2021); iv) percentual da dívida consolidada sobre a receita líquida ajustada (53,7%, em 2018; 44,6%, em 2019; e 41,8%, em 2020; e 41,3% em 2021). Vale ressaltar também que o Maranhão possui baixos níveis de endividamento, registrando apenas 45,79% do limite de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esses resultados apresentados demonstram o princípio de retomada como resposta da boa prática, com aprimoramento sistemático do instrumental já explicitado.

Ainda quanto ao cenário de 2021, como produto da boa gestão de recursos e controle de gastos, o Maranhão avançou na entrega de políticas públicas de qualidade, como demonstrado na Mensagem do ex-Governador Flávio Dino à Assembleia Legislativa 2022. Complementarmente, o esforço de contingenciamento orçamentário do custeio possibilitou a contenção de um volume de orçamento equivalente a R\$ 111.170.977,16, nas fontes do tesouro estadual. Quanto aos recursos orçamentários previstos para despesas de capital (investimentos), obteve-se a contenção de R\$ 307.576.357,54. Essas contenções foram fundamentais para o cumprimento dos resultados fiscais citados.

Para replicar o projeto é necessário o estudo sistemático do *modus operandi* dos órgãos do Estado, de forma a compreender as tendências de gasto de cada um, suas deficiências operacionais e erros comumente cometidos no momento da execução, bem como o nível de maturidade institucional, estrutura de governança, normas, dentre outros.

Esse mapeamento auxilia na compreensão das necessidades inerentes a cada órgão. Munidos desse estudo, é possível coordenar os demais órgãos nos rumos de uma execução mais fluida e correta, com a utilização de instrumentos normativos que orientem quanto aos procedimentos orçamentários, com o intuito de tornar o comportamento dos órgãos executores mais aderentes ao que foi planejado para o exercício financeiro.

Os instrumentos que compõem o processo de gestão orçamentária possuem funções próprias que, em conjunto com as iniciativas da área financeira da SEPLAN, proporcionam maior nível de organização e controle dos recursos públicos, a saber: i) Decreto de Execução Orçamentária: editado a todo início de exercício, estabelecendo normas para a execução do orçamento, incluindo contingenciamento, alterações orçamentárias, dentre outros; ii) Decreto que institui o Comitê Gestor: garante ao Estado maior controle sobre a contratação de novas despesas a serem formalizadas pelos órgãos; iii) Instrução Normativa de Subações: estabelece regras para a criação de centros de custos nos quais são alocados o orçamento. A IN possui a finalidade de padronização, ao separar o dispêndio por tipos, explicitando em sua nomenclatura qual despesa deve ser executada em cada subação, tornando o processo de execução mais transparente e organizado; iv) Instrução Normativa de Pré-Empenho: ao permitir a provisão dos recursos, evita-se assimetrias de informação entre os órgãos de coordenação e os órgãos executores, comuns nas etapas anteriores ao empenho da despesa; v) Instrução Normativa de Créditos Adicionais: estabelece estrutura e informações mínimas para as solicitações, melhorando a capacidade de análise de viabilidade de atendimento dos pleitos, bem como tornando as necessidades dos órgãos mais transparentes e aderentes às prioridades governamentais; vi) Manuais e cartilhas: orientam os órgãos, de forma didática, como melhorar a gestão orçamentária e a definição das políticas públicas; vii) capacitação e orientações técnicas: visa a elevação das capacidades técnicas e maior eficiência na execução.

Objetivando estabelecer diretrizes para a melhoria constante da qualidade dos gastos públicos, o Programa Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento, dentre outros aspectos,



foi pensado como uma política pública que visa a melhoria dos resultados fiscais do Estado e o cumprimento das prioridades governamentais.

O programa vem sendo desenvolvido através de um conjunto de ações coordenadas, integradas e institucionalizadas, que buscam programar a execução das despesas do Estado, corrigindo as discrepâncias em relação às receitas.

Trata-se de uma iniciativa que vem demonstrando sólidos resultados e influenciando na cultura organizacional do Estado. Ademais, traz um conjunto de inovações quanto ao conteúdo de instrumentos que são utilizados amplamente no setor público, com a diferença de se pensar um processo que combina orientação, regras, capacitação, responsabilidades, metodologia de controle, com o foco na governança para resultados e eficiência dos recursos públicos.

Outrossim, as evidências produzidas a partir desta iniciativa são utilizadas no processo de monitoramento e avaliação do PPA 2020-2023, notadamente no que se refere aos meios necessários ao cumprimento das metas e mensuração de uma das premiações da avaliação de gestão governamental, especificamente

a categoria “eficiência do gasto público”, que tem foco na redução dos gastos e cumprimento ao princípio da economicidade.

Para tal, retoma-se a importância deste trabalho ser contínuo e sistemático, revisitando as necessidades dos órgãos e do Estado, aprimorando os instrumentos de controle e gestão orçamentária estaduais ao compreender de que forma impactaram no exercício imediatamente anterior, estabelecendo processo contínuo de aprimoramento da legislação aplicada ao planejamento e ao orçamento do Estado.

Ademais, é fundamental que haja uma governança bem definida, com autoridade para realizar os estudos orçamentários de forma pormenorizada, capaz de evitar os desperdícios e fomentar o cumprimento das prioridades governamentais para alcance das metas pactuadas no âmbito dos instrumentos de planejamento.

Dessa forma, direcionamos e fiscalizamos ações dos demais órgãos de modo a mensurar e evidenciar os resultados alcançados, assegurando, desta forma, maior credibilidade ao governo na entrega de políticas públicas à população do Estado.

### Correlações do PIB Estadual de 2015 a 2021





## Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios

O Índice de valores a serem repassados aos municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme [Art. 159](#) da Constituição Federal) realizados em seus territórios; 15% em quotas iguais para todos os municípios; 5% na proporção da população do município

em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do município relativa à do estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse Acumulado 6º Bim 2021
ACAILANDIA	3,35	68.001.018,65
AFONSO CUNHA	0,09	1.746.889,32
ÁGUA DOCE DO MARANHAO	0,09	1.865.919,85
ALCANTARA	0,13	2.624.038,57
ALDEIAS ALTAS	0,20	3.976.483,66
ALTAMIRA DO MARANHAO	0,11	2.201.754,60
ALTO ALEGRE DO MARANHAO	0,18	3.734.863,70
ALTO ALEGRE DO PINDARE	0,16	3.192.200,72
ALTO PARNAIBA	0,70	14.298.724,26
AMAPA DO MARANHAO	0,09	1.731.118,21
AMARANTE DO MARANHAO	0,35	7.171.429,22
ANAJATUBA	0,13	2.623.042,28
ANAPURUS	0,19	3.818.583,56
APICUM ACU	0,10	2.020.109,67
ARAGUANA	0,10	2.008.243,00
ARAIOSSES	0,16	3.257.274,16
ARAME	0,21	4.295.782,22
ARARI	0,17	3.517.797,91
AXIXA	0,09	1.858.045,55
BACABAL	1,04	21.139.407,61
BACABEIRA	0,35	7.042.045,26
BACURI	0,10	2.110.849,81
BACURITUBA	0,08	1.568.788,97
BALSAS	3,97	80.545.072,18
BARAO DE GRAJAU	0,22	4.530.201,53
BARRA DO CORDA	0,50	10.135.798,39
BARREIRINHAS	0,32	6.491.887,26
BELA VISTA DO MARANHAO	0,10	2.008.406,79
BELAGUA	0,08	1.641.527,65
BENEDITO LEITE	0,11	2.263.827,12
BEQUIMAO	0,12	2.462.931,69
BERNARDO DO MEARIM	0,08	1.681.886,52
BOA VISTA DO GURUPI	0,09	1.850.841,87
BOM JARDIM	0,43	8.736.404,56
BOM JESUS DAS SELVAS	0,34	6.910.851,55
BOM LUGAR	0,12	2.372.446,43
BREJO	0,26	5.348.421,41
BREJO DE AREIA	0,10	1.944.736,75
BURITI	0,17	3.541.581,21
BURITI BRAVO	0,15	3.012.279,32
BURITICUPU	0,55	11.067.753,39
BURITIRANA	0,12	2.431.327,55
CACHOEIRA GRANDE	0,09	1.748.871,23
CAJAPIO	0,09	1.760.520,69
CAJARI	0,10	2.013.083,38
CAMPESTRE DO MARANHAO	0,31	6.244.536,37
CANDIDO MENDES	0,12	2.430.180,21
CANTANHEDE	0,12	2.436.927,71
CAPINZAL DO NORTE	0,19	3.946.770,82
CAROLINA	0,48	9.729.663,11
CARUTAPERNA	0,16	3.257.678,74
CAXIAS	1,60	32.397.528,90
CEDRAL	0,08	1.721.935,62
CENTRAL DO MARANHAO	0,08	1.613.451,27
CENTRO DO GUILHERME	0,10	2.128.679,11
CENTRO NOVO DO MARANHAO	0,23	4.699.757,81
CHAPADINHA	0,45	9.084.704,57
CIDELANDIA	0,19	3.940.819,09
CODO	0,77	15.717.647,77
COELHO NETO	0,25	5.156.501,71
COLINAS	0,27	5.387.989,22
CONCEICAO DO LAGO ACU	0,11	2.196.587,77
COROATA	0,28	5.581.947,44
CURURUPU	0,15	3.094.432,39
DAVINOPOLIS	0,64	13.015.741,04
DOM PEDRO	0,20	4.032.913,35
DUQUE BACELAR	0,09	1.745.356,08
ESPERANTINOPOLIS	0,13	2.671.627,90
ESTREITO	1,06	21.540.855,36
FEIRA NOVA DO MARANHAO	0,11	2.288.471,91
FERNANDO FALCAO	0,19	3.762.270,87
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,20	4.132.491,19
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,22	4.363.842,65



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

FORTUNA	0,11	2.328.206,04
GODOFREDO VIANA	0,40	8.025.149,99
GONCALVES DIAS	0,13	2.571.788,31
GOVERNADOR ARCHER	0,09	1.897.716,11
GOVERNADOR EDSON LOBAO	0,25	5.012.904,10
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,12	2.389.573,96
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,09	1.893.187,72
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,13	2.589.637,50
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16	3.266.677,14
GRACA ARANHA	0,09	1.740.135,32
GRAJAU	0,86	17.530.171,54
GUIMARAES	0,09	1.859.429,72
HUMBERTO DE CAMPOS	0,14	2.789.778,93
ICATU	0,11	2.312.322,31
IGARAPE DO MEIO	0,19	3.945.429,50
IGARAPE GRANDE	0,12	2.484.941,25
IMPERATRIZ	8,27	167.770.838,14
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11	2.189.591,65
ITAPECURU MIRIM	0,45	9.152.170,71
ITINGA DO MARANHAO	0,44	9.016.965,26
JATOBÁ	0,09	1.877.733,88
JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,12	2.531.855,31
JOAO LISBOA	0,24	4.866.706,84
JOSELANDIA	0,11	2.180.570,18
JUNCO DO MARANHAO	0,09	1.728.138,51
LAGO DA PEDRA	0,30	6.044.786,26
LAGO DO JUNCO	0,10	2.032.378,24
LAGO DOS RODRIGUES	0,09	1.923.692,11
LAGO VERDE	0,12	2.535.922,95
LAGOA DO MATO	0,11	2.190.260,48
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	0,11	2.210.940,20
LAJEADO NOVO	0,11	2.298.118,23
LIMA CAMPOS	0,26	5.231.437,56
LORETO	0,41	8.263.544,99
LUIS DOMINGUES	0,08	1.651.638,24
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,12	2.513.076,23
MARACACUME	0,16	3.184.779,61
MARAJA DO SENA	0,11	2.178.622,23
MARANHAOZINHO	0,11	2.312.834,35
MATA ROMA	0,17	3.356.132,20
MATINHA	0,13	2.723.310,03
MATOES	0,16	3.285.856,82
MATOES DO NORTE	0,10	1.949.050,22
MILAGRES DO MARANHAO	0,09	1.836.383,52
MIRADOR	0,29	5.783.614,35
MIRANDA DO NORTE	0,73	14.855.893,20
MIRINZAL	0,11	2.302.533,07
MONCAO	0,14	2.798.322,02
MONTES ALTOS	0,13	2.666.596,26
MORROS	0,13	2.562.087,79
NINA RODRIGUES	0,09	1.813.880,13
NOVA COLINAS	0,12	2.352.321,40
NOVA IORQUE	0,12	2.353.523,99
NOVA OLINDA DO MARANHAO	0,15	3.012.995,43
OLHO DAGUA DAS CUNHAS	0,20	4.062.015,83
OLINDA NOVA DO MARANHAO	0,10	1.938.623,37
PACO DO LUMIAR	0,66	13.405.941,17
PALMEIRANDIA	0,10	2.115.217,98
PARAIBANO	0,15	2.944.082,75
PARNARAMA	0,28	5.651.384,54
PASSAGEM FRANCA	0,14	2.747.529,32
PASTOS BONS	0,18	3.629.840,05
PAULINO NEVES	0,48	9.814.167,35
PAULO RAMOS	0,18	3.645.059,52
PEDREIRAS	0,38	7.684.907,89
PEDRO DO ROSARIO	0,12	2.535.473,01
PENALVA	0,14	2.934.395,94
PERI MIRIM	0,09	1.916.267,90
PERITORO	0,17	3.524.719,84
PINDARE MIRIM	0,17	3.540.639,79
PINHEIRO	0,51	10.445.409,55
PIO XII	0,15	2.998.510,59
PIRAPEMAS	0,11	2.170.720,61
POCAO DE PEDRAS	0,13	2.647.458,01
PORTO FRANCO	0,73	14.720.290,01
PORTO RICO DO MARANHAO	0,08	1.557.779,81
PRESIDENTE DUTRA	0,43	8.624.738,17
PRESIDENTE JUSCELINO	0,09	1.734.853,34
PRESIDENTE MEDICI	0,09	1.762.082,28
PRESIDENTE SARNEY	0,10	2.010.212,99
PRESIDENTE VARGAS	0,09	1.734.724,16
PRIMEIRA CRUZ	0,10	1.975.338,76
RAPOSA	0,21	4.269.337,92
RIACHAO	0,59	11.879.229,89



GOVERNO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

RIBAMAR FIQUENE	0,12	2.447.806,34
ROSARIO	0,25	5.135.958,49
SAMBAIBA	0,46	9.329.289,82
SANTA FILOMENA DO MARANHAO	0,09	1.753.311,72
SANTA HELENA	0,19	3.835.666,89
SANTA INES	0,88	17.806.054,94
SANTA LUZIA	0,48	9.805.030,46
SANTA LUZIA DO PARUA	0,18	3.745.350,80
SANTA QUITERIA DO MARANHAO	0,15	3.007.228,25
SANTA RITA	0,21	4.179.278,96
SANTANA DO MARANHAO	0,09	1.868.794,68
SANTO AMARO DO MARANHAO	0,10	2.094.311,53
SANTO ANTONIO DOS LOPES	2,22	45.024.118,62
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,12	2.355.334,37
SAO BENTO	0,17	3.448.804,95
SAO BERNARDO	0,19	3.943.880,77
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,32	6.454.036,84
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	0,24	4.883.117,46
SAO FELIX DE BALSAS	0,13	2.605.970,14
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,14	2.846.362,85
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	0,11	2.302.479,76
SAO JOAO BATISTA	0,11	2.185.962,34
SAO JOAO DO CARU	0,11	2.246.232,79
SAO JOAO DO PARAISO	0,18	3.623.400,91
SAO JOAO DO SOTER	0,11	2.227.429,65
SAO JOAO DOS PATOS	0,21	4.225.175,99
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,30	26.451.076,75
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,08	1.683.220,79
SAO LUIS	33,54	680.454.648,91
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	0,15	2.949.345,16
SAO MATEUS DO MARANHAO	0,22	4.550.044,00
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,17	3.418.186,21
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,12	2.378.848,37
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,61	12.312.922,01
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,08	1.623.618,44
SAO ROBERTO DO MARANHAO	0,08	1.651.342,91
SAO VICENTE DE FERRER	0,11	2.283.981,00
SATUBINHA	0,09	1.847.702,42
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,09	1.905.645,95
SENADOR LA ROCQUE	0,20	4.143.420,10
SERRANO DO MARANHAO	0,09	1.860.717,35
SITIO NOVO	0,23	4.609.654,67
SUCUPIRA DO NORTE	0,14	2.866.089,25
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,09	1.735.721,35
TASSO FRAGOSO	0,95	19.314.329,22
TIMBIRAS	0,13	2.733.062,33
TIMON	1,25	25.266.225,99
TRIZIDELA DO VALE	0,40	8.077.958,59
TUFILANDIA	0,08	1.684.468,86
TUNTUM	0,25	4.990.587,36
TURIACU	0,15	3.134.073,39
TURILANDIA	0,12	2.531.599,98
TUTOIA	0,25	5.137.214,32
URBANO SANTOS	0,19	3.795.151,21
VARGEM GRANDE	0,21	4.310.867,60
VIANA	0,25	4.984.805,18
VILA NOVA DOS MARTIRIOS	0,19	3.776.076,58
VITORIA DO MEARIM	0,18	3.574.566,01
VITORINO FREIRE	0,22	4.463.648,10
ZE DOCA	0,37	7.569.536,32
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>2.028.874.230,57</b>

Fonte: SEFAZ-MA

